

BOLETIM GEEP

v. 3, n. 1, Jan-Abr, 2022 ISSN: 2764-0418

O mundo em crise: reflexões e perspectivas







BOLETIM GEEP: v.3, n.1, 2022

O mundo em crise: reflexões e perspectivas

Autores e Autoras da Edição

Fernanda Feil – Julia Leal – Luiz Fernando de Paula –
Linnit Pessoa – Pedro Barbosa – Pedro Txai Leal Brancher
– Rafael Moura





O Grupo de Estudos de Economia e Política (GEEP) do IESP/UERJ objetiva estimular o diálogo e interação entre Economia e Política, tanto na formulação teórica quanto na análise da realidade do Brasil e de outros países. Do ponto de vista teórico, o GEEP tem suas raízes fundadas a partir de três tradições relacionadas: socialdemocracia, keynesianismo e o estruturalismo latino-americano. Essas perspectivas compartilham entre si uma preocupação normativa de fundo com a igualdade socioeconômica, sendo, por isso, como alvos precípuos de análise, tanto políticas públicas e reformas redistributivas, quanto o tema da compatibilidade entre crescimento econômico e promoção da equidade social nos marcos de um sistema capitalista conjugado à democracia representativa. Já especificamente o aspecto estruturalista está relacionado a necessidade de se articular um projeto nacional e industrialista de desenvolvimento que articule mudança estrutural e transformação social.

Corpo Editorial:

Fabiano Santos

Editor e Coordenador do GEEP

Luiz Fernando de Paula

Editor e Coordenador do GEEP

Editora Associada

Camila Vaz

Fernanda Feil

Editora Associada

Pedro Lange N. Machado

Editor Associado

Rafael Moura

Editor Associado

ISSN: 2764-0418

Twitter: @Geep_lesp E-mail: geep@iesp.uerj.br Site: www.geep.iesp.uerj.br Instituto de Estudos Sociais e Políticos R. da Matriz 82, Rio de Janeiro





Introdução, 1

Luiz Fernando de Paula, Fabiano Santos, Camila Vaz, Fernanda Feil e Pedro Lange

As Políticas Ativas de Mercado de Trabalho na América Latina em Perspectiva Comparada, 3

Pedro Barbosa

Ciclos Políticos e Econômicos na América do Sul: a ascensão e queda da Onda Rosa vista por um prisma estruturalista, 9

Rafael Moura e Luiz Fernando de Paula

Papel do Estado e do Planejamento na Transição Verde Sustentável, 20 Linnit Pessoa e Fernanda Feil

Impactos do conflito Rússia-Ucrânia para a hegemonia do dólar, 26 Júlia Leal e Luiz Fernando de Paula

Guerra russo-ucraniana: a renovação da OTAN e a autonomia estratégica asiática, 30

Pedro Txai Leal Brancher

INTRODUÇÃO O Mundo em Crise: reflexões e perspectivas

Luiz Fernando de Paula—Professor do IESP-UERJ e do IE/UFRJ e coordenador do GEEP
Fabiano Santos—Professor do IESP-UERJ e coordenador do GEEP
Camila Vaz - Doutoranda em Ciência Política no IESP-UERJ e pesquisadora do GEEP
Fernanda Feil— Doutora em Economia pela UFF e pesquisadora do GEEP
Pedro Lange Netto Machado—Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ e pesquisador do GEEP

O Grupo de Estudos de Economia e Política (GEEP) do IESP-UERJ tem a satisfação de apresentar seu sétimo Boletim, intitulado "O mundo em crise: reflexões e perspectivas". Esta edição conta com cinco artigos de pesquisadores do grupo e de convidados especiais. Os parágrafos a seguir oferecem um panorama dos artigos que compõem este Boletim GEEP.

No primeiro artigo, Pedro Barbosa analisa o desenvolvimento das políticas ativas de mercado de trabalho na América Latina em perspectiva comparada com a União Europeia entre 2010 e 2019. Tais políticas têm por objetivo facilitar a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho por meio de distintas iniciativas. Na União Europeia, há um amplo debate em defesa destas políticas como recursos cruciais diante dos novos desafios de proteção social desencadeados pela globalização. No América Latina, este debate é ainda incipiente, assim como as análises a respeito destas políticas. Mais recentemente, a CE-PALstat publicou novos dados sobre o investimento público nas políticas de trabalho, nessa região, sob a mesma metodologia empregada pela OCDEstat. Isso permitiu a análise comparada que demonstra como tais políticas são ainda muito pouco desenvolvidas na América Latina.

No segundo ensaio, Luiz Fernando de Paula e Rafael Moura tomam aportes teóricos e analíticos do estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para executarem uma reconstituição histórica dos ciclos políticos e econômicos recentes na América do Sul. Atualizando tais marcos à luz dos eventos recentes na região, como o esgotamento do modelo desenvolvimentista de industrialização substitutiva de importações e a adoção ao receituário institucional ortodoxo do Consenso de Washington, os autores interpretam a ascensão e a queda dos governos progressistas no âmbito da "Onda Rosa" através do nexo commodities-finanças, que engendrou uma próciclicidade perante os ciclos exógenos a qual os países sul-americanos permanecem reféns.

Na sequencia, Linnit Pessoa e Fernanda Feil trazem uma discussão acerca do papel do Estado e do planejamento estratégico na transição verde sustentável. As autoras argumentam que o Estado tem um amplo papel nas economias de mercado. É o agente econômico capaz de trazer estabilidade, reduzir a desigualdade e traçar planejamentos visando o crescimento de longo prazo com sustentabilidade ambiental— i.e., crescimento com desenvolvimento econômico no contexto de transição climática.

O quarto artigo traz uma análise da guerra na Ucrânia sobre a hegemonia do dólar. Julia Leal e Luiz Fernando de Paula tratam do Sistema Monetário Internacional e seu caráter hierárquico, no qual A supremacia da moeda estadunidense tem sido incontestável, ainda que sua participação nas transações entre países e como reserva de valor tenha declinado nos últimos anos. Por outro lado, a China, enquanto segunda maior economia mundial, possui um papel crucial nos fluxos de comércio e vem

aumentando cada vez mais sua relevância nos mercados financeiros.

Finalmente, Pedro Txai analisa as reações de países europeus e asiáticos à deflagração da guerra russo-ucraniana. Considera-se que, se, de um lado, a emergência do conflito implicou a renovação do propósito de uma OTAN que parecia enfraquecida após a passagem de Donald Trump pela Casa Branca, do outro, explicitou os limites da capacidade de influência do bloco ocidental em um sistema internacional cada vez mais multipolar. Particularmente, avalia-se as respostas de China, Índia e das nações pertencentes à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), as quais não apenas não aderiram à política de sanções contra a Rússia imposta pela OTAN, como optaram por fortalecer suas relações com Moscou.

Boa leitura a todos e todas.

AS POLÍTICAS ATIVAS DE MERCADO DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Pedro Barbosa

Doutor em Ciência Política no IESP/UERJ e pesquisador do Geep

Na literatura internacional sobre políticas sociais comparadas, tornou-se influente nas últimas décadas um debate concernente à necessidade de redesenhar as instituições dos Estados de bem-estar tradicionais, edificados no pósguerra, em face das transformações estruturais ocorridas após os anos 1970. Entre essas transformações, a primeira relaciona-se ao aprofundamento da globalização que acirrou a competitividade entre as economias, pressionou a proliferação de reformas de desregulação do mercado de trabalho, tornando-o mais instável (HEMERIJCK, 2013). Outra mudança deu-se com o processo de desindustrialização, em reflexo do qual o setor de serviços converteu-se na principal fonte de provisão de empregos. Uma vez que este setor padece de uma capacidade inferior de ganho de produtividade vis-à-vis ao setor industrial, seu potencial de geração de emprego é, portanto, menor (ESPING-ANDERSEN, 1999). Por último, o acelerado avanço tecnológico redundou no advento da chamada "economia do conhecimento" na qual a alta qualificação se projeta como requisito não apenas à inserção no mercado de trabalho, mas também ao acesso de empregos melhor remunerados (IVERSEN; SOS-KICE, 2019).

Diante desses desafios, emergiu um novo paradigma de políticas sociais, debatido sobretudo no âmbito da União Europeia, chamado de investimento social. Esse paradigma advoga um papel mais incisivo das chamadas políticas ativas de mercado de trabalho (PAMTs), de forma articulada às políticas passivas. Se estas destinam-se à proteção do trabalhador fora do mercado — seguro desemprego, seguro por acidente de trabalho, aposentadoria por velhice etc. — aquelas têm por objetivo facilitar a sua inserção no mercado de trabalho por meio de políticas de treinamento, programas vocacionais, programas de reinserção de desempregados, subsídios ao emprego etc. (BONOLI, 2013; ESPING-ANDERSEN, 2002; HEMERIJCK, 2013). Diversos estudos econométricos têm confirmado o efeito destas polísobre a empregabilidade (NELSON; STEPHENS, 2012), não obstante haja variação do seu impacto conforme o desenho dos programas (PIGNATTI; VAN BELLE, 2021).

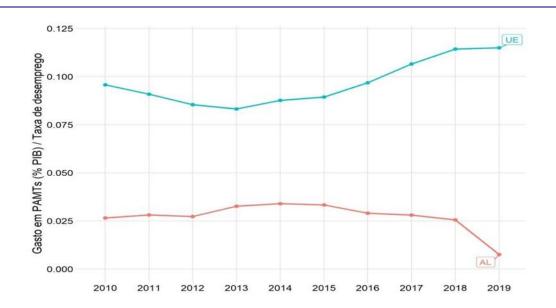
Pode-se dizer que mudanças estruturais similares a essas descritas acima têm também ocorrido na América Latina; especialmente no que diz respeito ao acelerado processo de desindustrialização e aos efeitos colaterais da liberalização econômica. Por essa razão, tanto o risco do desemprego, quanto a necessidade de fomentar melhores empregos são questões patentes na região (PALMA, 2011; WELLER, 2009).

Em virtude da escassez de dados, sempre foi desafiadora a tarefa de investigar empiricamente o desenvolvimento das PAMTs na América Latina. Felizmente, a CEPAL lançou neste ano um banco de dados¹ referente ao gasto social, no qual se discrimina a alocação de recursos para as PAMTs e entre seus distintos programas. A despeito de sua cobertura longitudinal limitada, trata-se provavelmente do mais detalhado banco a respeito dessa política na região. É interessante observar, ainda, que a CEPAL seguiu a metodologia de classificação empregada pela OCDEstat, o que permite comparar a América Latina com os países mais ricos. Dito isso, o presente artigo busca analisar em que medida as PAMTs têm sido desenvolvidas nessa região, estabelecendo como referência comparativa os países da União Europeia².

PAMTs na América Latina em perspectiva comparada com a União Europeia

No período desenvolvimentista, em meados do século XX, muitos países latino-americanos utilizaram-se das PAMTs, sobretudo com a estratégia de criação direta de empregos via promoção de obras públicas, em contextos de crise de desemprego (OIT, 2016). Nos anos 1990, a principal estratégia operacionalizada, por sua vez, foi a dos programas de treinamento com enfoque sobre os jovens de baixa renda. Nessa direção foram lançados: o Chile Jovem (1991) no Chile; o PLANFOR (1996) no Brasil; e o PROBECAT no México (1999). Contudo, muitos desses programas ou tiveram caráter provisório ou foram extintos ao longo do tempo (BIAVASCHI et al., 2012; CEPAL, 2002). Durante os anos 2000, por

Gráfico 1 - Evolução da razão entre o gasto público em PAMTs (% PIB) e a taxa de desemprego, América Latina e União Europeia



Fonte: OCDEstat e CEPALstat

¹ Disponível em: https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es

²A escolha pela União Europeia, em vez por exemplo dos membros da OCDE, deu-se no intuito de reduzir ao máximo o número de casos dentro do grupo com o qual a comparação seria estabelecida, uma vez que há dados disponíveis para apenas 11 países na América Latina.

sua vez, ocorreu um novo movimento de expansão das PAMTs pela região; a OIT (2016) identificou um crescimento de 24 programas nos anos 1990 para 111 na década seguinte. Contudo, segundo Weller (2009), a cobertura destes programas permaneceu muito limitada em quase todos os contextos.

O Gráfico 1 expressa a discrepância do papel das PAMTs na América Latina comparado à União Europeia, haja vista que seus investimentos nesta área manifestam trajetórias opostas entre 2010 e 2019. Na primeira metade desta década a média de gasto na América Latina se eleva, porém a partir de 2014 inicia-se uma tendência de profundo recuo, enquanto que na União Europeia ocorre o inverso com a retomada do esforço sobre essa política a partir de 2013. Nota-se que tal bifurcação entre as trajetórias aprofunda a disparidade de investimento médio entre ambas as regiões.³

É importante também estabelecer um olhar qualitativo sobre esta política; isto é, para quais tipos de programas de ativação os recursos são alocados. As principais rubricas estabelecidas pela OCDE são: a) a criação direta de emprego cujo objetivo é guarnecer provisoriamente desempregados em períodos de alta de desemprego; frequentemente, este recurso é utilizado em programas de experiência de emprego no setor público ou em instituições não lucrativas; b) serviços de emprego público e administração que refere-se aos serviços que auxiliam na busca de contato com potenciais empregadores, o que inclui programas de realocação e de busca de emprego; c) o incentivo ao empreendedorismo que

consiste em programas de incentivos a desempregados iniciarem o seu próprio negócio; d) o treinamento que pode ser realizado por meio de programas de treinamento, programas vocacionais e de educação continuada⁴, os quais buscam fornecer capacitação para as pessoas cujas habilidades são ou se tornaram obsoletas; e) finalmente, o incentivo ou apoio ao emprego são pagamentos, subsídios, desonerações aos empregadores para estes contratarem ou não demitirem empregados.

Bonoli (2013) discrimina tais políticas qualitativamente a partir de duas dimensões: de um lado, observa em que medida elas contribuem para a reinserção do desempregado no mercado de trabalho e, de outro lado, como promovem a formação de capital humano. Esta última dimensão relaciona-se não apenas à reinserção em si, mas de ampliar o acesso a empregos melhor remunerados. Na perspectiva do autor, a criação direta de emprego tem um baixo potencial de reinserção e de formação de capital humano, uma vez que constitui uma medida provisória de empregabilidade. Embora o autor não analise o incentivo ao empreendedorismo, pode-se dizer o mesmo a respeito desta política cujos potenciais ganhos para o desempregado são de longo prazo e com alto risco. As políticas de incentivo ao emprego e de apoio ao emprego contribuem para a reinserção do desempregado, mas não atuam sobre a formação do capital humano e, portanto, não proporcionam a realocação para melhores empregos. Sob esse ponto de vista, os programas de treinamento seriam os mais efetivos, ao conjugar reinserção e requalificação; esta é a razão pela qual os teóricos do investimento social advogam

³ Sempre que possível analiso o gasto em PAMTs como razão da taxa de desemprego. Esta técnica é sugerida por Hemerijck (2013) que atenta para o efeito endógeno do aumento da demanda sobre a elevação do gasto. O gasto com políticas passivas, como seguro desemprego, foi excluído da análise.

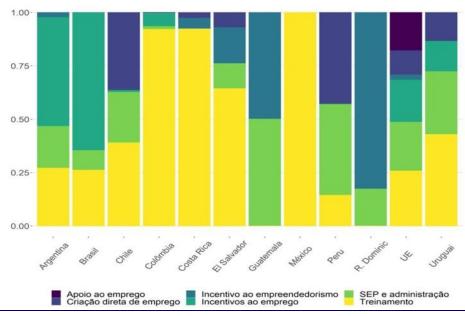
⁴ Programas de ensino para indivíduos de todas as idades, os quais os ajudam a se inserir no mercado de trabalho.

a importância sobretudo deste tipo de programa como estratégia de ativação (BONOLI, 2013; HEMERIJCK, 2013, 2017; THELEN, 2014).

Com base no Gráfico 2, percebe-se que as estratégias mais recorrentes empregadas pelos países latino-americanos são o incentivo ao emprego, o incentivo ao empreendedorismo e o treina*mento*. Sob esse ponto de vista, haveria certo equilíbrio de esforços entre os incentivos de inserção e a formação de capital humano. Contudo, ao examinar o Gráfico 3 nota-se que há pouca variação nos níveis de gasto público total em PAMTs; isso significa que a trajetória do gasto médio apresentada no Gráfico 1 é representativa da região como um todo, de modo que de fato o padrão latino-americano é investir pouco nessa política. Ou seja, ainda que a análise qualitativa indique a preferência por determinadas estratégias em termos proporcionais, do ponto de vista absoluto todas elas recebem baixíssimo investimento. A exceção são os programas de treinamento cujo gasto apresenta uma variação regional maior do que quando analisada sob a métrica do gasto total. Destacam-se, nesse sentido, Costa Rica e Colômbia cujos recursos dirigidos às PAMTs são quase inteiramente alocados para essa estratégia, sobre a qual o investimento público é relevante mesmo quando comparado ao padrão europeu.

Na União Europeia, por sua vez, percebe-se a difusão do dispêndio por diversos programas, sem a prevalência de nenhum deles. Isso não quer dizer que todos os países apostam em diversas frentes, mas sim de que há uma variação substantiva entre as estratégias adotadas, de modo que quando se calcula pela média, todas elas parecem ter relevância. No entanto, há uma variação muito maior entre os membros da União Europeia dos níveis de gasto, seja total em PAMTs, seja na política de treinamento, tendo desde países que gastam muito (Dinamarca), a países que gastam muito pouco (Leste Europeu). Inspiração para os adeptos da perspectiva do investimento social, a Dinamarca é um *outli*-

Gráfico 2 - Composição do gasto em PAMTs, países da América Latina e União Europeia, 2010-2019



Fonte: OCDEstat e CEPALstat.

er no topo sob ambas métricas. Isso indica que poucos países europeus aderiram de fato a esse paradigma de política social.

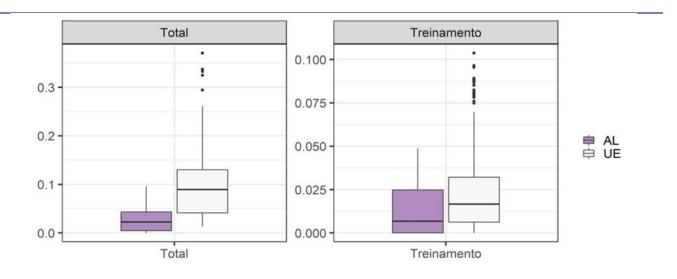
Considerações finais

A presente análise demonstrou que os países da América Latina como um todo persistem com um baixo grau de desenvolvimento em PAMTs. Mais do que isso, o investimento nessa área declinou nos últimos anos e cada vez mais se contrasta com o grau de fomento a estas políticas realizadas na União Europeia. Isso explicita que não se consumou uma agenda de reformulação da proteção social diante dos desafios sociais emergentes, a despeito do acelerado processo de desindustrialização e da maior instabilidade do mercado de trabalho em curso na região. Certos autores (SANDBERG; NELSON, 2017) defendem, por outro lado, que as políticas de transferência de renda condicionadas (PTCs), expandidas a partir dos anos 2000, teriam um efeito de ativação, dada a usual condicionalidade associada à frequência dos filhos das famílias

beneficiadas nas escolas. Assim, os PTCs teriam um impacto de formação de capital humano, sendo então uma política de investimento social. Contudo, deve-se dizer que esse efeito é limitado, sobretudo porque se trata de uma política focalizada e, portanto, restringe-se a um público de baixa renda, mas também porque o nível de formação de capital humano proporcionado por essa política está aquém de promover o acesso a melhores empregos. Nesse sentido, os únicos países latino-americanos a respeito dos quais pode-se dizer que há indícios de que se inclinaram à estratégia de investimento social são a Colômbia e a Costa Rica, tendo em vista seus destacados níveis de dispêndio nos programas de treinamento. No entanto, para um diagnóstico mais preciso a respeito disso seria necessário ter acesso a um conjunto de dados mais profundo, particularmente no que concerne à cobertura desses programas nesses países.

Seja como for, mesmo na Europa, embora o gasto em PAMTs tenha crescido na região como um todo, poucos são os países que apostam na es-

Gráfico 3 - Dispersão do gasto em PAMTs na América Latina e na União Europeia, 2010-2019



Fonte: OCDEstat e CEPALstat.

tratégia de formação de capital humano como mecanismo principal de ativação. Destaca-se a Dinamarca, cujo modelo de política social que articula políticas ativas e passivas, é a principal inspiração para os teóricos adeptos da perspectiva do investimento social. Mas esse país é nitidamente um *outlier*, o que diz muito sobre a adesão a essa perspectiva entre os *policymar-kers* europeus.

Por último, vale dizer que a discussão sobre investimento social de forma alguma esgota o debate maior sobre política industrial e a necessidade de estimular o desenvolvimento de setores com maior produtividade na América Latina. Tais temas são complementares, de modo que uma interessante agenda de pesquisa a se desenvolver seria uma que articulasse analiticamente os papéis da política industrial e das PAMTs.

Referências:

BIAVASCHI, C. et al. Youth unemployment and vocational training. **IZA Institute of Labour Economics**, 2012.

BONOLI, G. New social risks and the politics of post-industrial social policies. Em: ARMINGEON, K.; BONOLI, G. (Eds.). . The Politics of Post-Industrial Welfare States: Adapting Post-War Social Policies to New Social Risks. London: Routledge, 2006. p. 3–28.

BONOLI, G. The origins of active social policy: Labour market and childcare policies in a comparative perspective. New York: Oxford University Press, 2013.

CEPAL, N. **Panorama social de América Latina 2001-2002**. Santiago: CEPAL, 2002.

ESPING-ANDERSEN, G. Social foundations of postindustrial economies. Oxford; New York:

Oxford University Press, 1999.

ESPING-ANDERSEN, G. Towards the Good Society, Once Again? Em: ESPING-ANDERSEN, G. (Ed.). . **Why we need a new welfare state**. New York: Oxford University Press, 2002. p. 1–25.

HEMERIJCK, A. **Changing welfare states**. First edition ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

HEMERIJCK, A. **The uses of social investment**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

IVERSEN, T.; SOSKICE, D. **Democracy and Prosperity**. Princeton: Princeton University Press, 2019.

NELSON, M.; STEPHENS, J. D. Do social investment policies produce more and better jobs. In: **Towards a social investment welfare state? Ideas, policies and challenges**, p. 205–34, 2012.

PALMA, J. G. Why has productivity growth stagnated in most Latin American countries since the neo-liberal reforms? **Faculty of Economics**, 2011.

PIGNATTI, C.; VAN BELLE, E. Better together: Active and passive labor market policies in developed and developing economies. **IZA Journal of Development and Migration**, v. 12, n. 1, 2021.

SANDBERG, J.; NELSON, M. Social Investment in Latin America. In: **The Uses of Social Investment**, p. 278, 2017.

THELEN, K. Varieties of Liberalization and the New Politics of Social Solidarity. New York: Cambridge University Press, 2014.

WELLER, J. Regulation, worker protection and active labour-market policies in Latin America. Santiago: CEPAL, 2009.

CICLOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS NA AMÉRICA DO SUL: A ASCENSÃO E QUEDA DA ONDA ROSA VISTA POR UM PRISMA ESTRUTURALISTA

Rafael Moura Pesquisador de Pós-Doc no INCT-PPED e do GEEP/IESP

Luiz Fernando de Paula

Professor do IE/UERJ e IESP/UERJ. Coordenador do GEEP/IESP

Este ensaio *objetiva* discutir a ascensão e queda da chamada "Onda Rosa" – como se alcunhou a emergência de líderes mais à esquerda no espectro ideológico entre fins da década de 1990 e início dos anos 2000 na América do Sul – à luz de um olhar econômico. Não se trata de tentar explicar os complexos rumos políticos da região unicamente pelas variáveis econômicas, mas sim buscar respostas acerca de como os câmbios estruturais dos regimes produtivos podem fornecer pistas e indicativos para tal movimento.

Por limitações de escopo, este artigo procede com uma reconstituição histórica geral da economia sul-americana desde os anos 1980, quando se deu o esgotamento e subsequente câmbio de paradigma de governança regional.

As contribuições teóricas empregadas para construir essa reflexão pertencem ao estruturalismo latino-americano, gestado a partir da criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 1948. Destarte, o principal aporte tomado tange à matização de países enquanto *centrais* ou *periféricos*; dicotomia concernindo à assimetria estrutural entre economias com diferentes níveis de produtivi-

dade e com implicações relevantes para o desenvolvimento ou aquiescência ao subdesenvolvimento na divisão internacional do trabalho capitalista. A principal variável entendida como métrica para qualificar as nações como centrais ou periféricas está relacionada não grau de complexidade e homogeneidade estrutural dos regimes produtivos, explicados em boa medida pela densidade e capacidade manufatureira (Furtado, 1965; Prebisch, 2011).

Somente através da capacidade industrial, portanto, que a periferia poderia escapar do engodo da teoria ricardiana das vantagens comparativas e problemáticas decorrentes da especialização regressiva em produtos primários de baixo valor agregado. Essas problemáticas diriam respeito, principalmente, à tendência de *deterioração dos termos de troca* (TdT) em decorrência das diferenças nas elasticidades-preço da demanda, que tende a perpetuar as assimetrias do comércio internacional e alargar o fosso entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas ao transferirem ganhos de produtividade e progresso técnico das últimas às primeiras (Furtado, 1965; Prebisch, 2011).

Como tais aportes do estruturalismo dialogam

60

40

30

20

10

0

20

Argentina

Brasil

Equador

Peru

Paraguai

Uruguai

Tendência

Média 90 - 19

Gráfico 1 - Participação de Bens Manufaturados na Pauta Exportadora (%)

Fonte: World Bank, World Development Indicators.

Média 62 - 89

exatamente com a reflexão aqui apresentada? Parcialmente influenciada pelas contribuições da CEPAL e induzida pelo cenário da economia mundial a partir da inflexão imposta pela crise de 1929 e pela Grande Depressão, a América do Sul (e Latina) iniciou a partir dos anos 1930 um paradigma de industrialização substitutiva de importações centrado na ação coordenada do Estado junto ao setor privado. Tal paradigma tornou-se a realidade de quase todos os países da região (Brasil, Chile, Costa Rica, México, Peru, Argentina, Colômbia e Uruguai); ainda que com graus bastante distintos de intensidade, com os casos brasileiro, mexicano e argentino se destacando enquanto os mais exitosos (Bulmer-Thomas, 2010).

Não obstante as incompletudes pela ótica da inclusão social e desigualdade, é inegável que tal paradigma – vigente até os anos 1980 – foi

extremamente meritório em induzir a inserção desses países numa nova configuração urbanoindustrial moderna. Isto se atesta, dentre diversos indicadores, pelo peso crescente das manufaturas sobre a economia e sobre o comércio exterior (exportações) da maior parte dessas nações, algo exemplificado no Gráfico 1.

A partir da década de 1980, não obstante, tanto por fatores endógenos como por exógenos, donde destacamos particularmente o processo de endividamento externo e o choque de juros causado pela política monetária de Paul Volcker em 1979 que gerou retração severa de liquidez disponível à periferia capitalista global, a região sofreu o esgarçamento de tal paradigma e crises econômicas severas. Tais crises legitimariam, gradativamente, um novo consenso entre suas elites políticas e empresariais que seria, em breve, corporificado no Consenso de

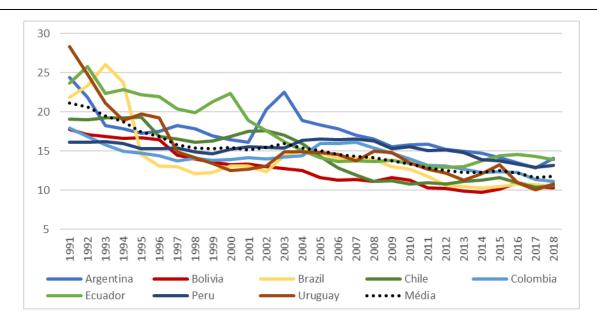


Gráfico 2 - Participação do Setor Manufatureiro no PIB (%)

Fonte: World Bank, World Development Indicators.

Washington; marcando a viragem da hegemonia keynesiana/nacional-desenvolvimentista à neoliberal / monetarista (Villareal, 1984; Cano, 2012).

Novamente, a adoção e a adequação ao novo receituário não foram homogêneas na América do Sul: enquanto Brasil, Uruguai e Peru abraçariam tal agenda de forma pronunciada apenas na década de 1990, o Chile – o primeiro laboratório neoliberal, ainda sob a ditadura de Augusto Pinochet – e a Argentina sob a ditadura de Rafael Videla já testemunhavam reformas liberalizantes e de desregulamentação desde fins dos anos 1970.

De toda forma, a década de 1990 foi marcada por importantes mudanças estruturais na região. Com intuito de debelar as problemáticas de hiperinflação e/ou endividamento, os Estados reposicionaram seus escopos de atuação e endossaram uma miríade de reformas liberalizantes abrindo seus mercados de produtos e capi-

tais via desregulamentação comercial e financeira; acoplada a políticas macroeconômicas fortemente restritivas do ponto de vista fiscal e monetário (Cano, 2012).

O primeiro grande vetor de mudança estrutural alude às reformas de liberalização do comércio exterior, com um desmonte de barreiras tarifárias executado sem qualquer planejamento acerca de como teria funcionalidade às economias sul-americanas, além de assentado na equivocada premissa ideológica de que a abertura econômica seria boa "em si mesma" por introduzir eficiência aos mercados, teve por decorrência a fragilização das poucas firmas manufatureiras ainda competitivas externamente (Cano, 2012). Incapazes de concorrerem com os grandes oligopólios e firmas multinacionais, muitas indústrias dos países sul-americanos foram perdendo espaço tanto nos mercados internacionais (Gráfico 1) quanto nas suas próprias economias domésticas, como o Gráfico 2 aponta.

O segundo grande vetor de mudança estrutural na região diz respeito às reformas de desregulamentação e abertura das contas de capital, que integraram a América do Sul no seio da globalização financeira; cuja incorporação subordinada da periferia capitalista foi a grande tônica de tal década. Pela ótica econômica, com a maior mobilidade de capitais (K) daí decorrente, tais países ficaram mais expostos aos fluxos financeiros - condições externas de liquidez - e sua natureza instável (como visto nas crises mexicana de 1994, do leste asiático de 1997 e russa de 1998) e *pró-cíclica*; sujeitos a ciclos de expansão e contração determinados de modo exógeno e reduzindo estruturalmente seu policy space. Pela ótica política, tal mobilidade de K conferiu aos seus detentores consideráveis pontos de veto sobre políticas intervencionistas estatais robustas, gerando um clima hostil aos impulsos industriais ou "demasiadamente" redistributivos (Keohane e Milner, 1996; Cano, 2012; Kaltenbrunner e Painceira, 2017; Paula et al., 2017).

A liberalização financeira da região foi bastante problemática: suas economias (principalmente as maiores, Brasil e Argentina) rapidamente tornaram-se dependentes do capital estrangeiro. A maior parte dos investimentos externos na região ao longo do decênio foi de capitais privados em carteira/portfólio ou via fusões e aquisições de empresas domésticas; mas sem maiores inversões greenfield que gerassem emprego e renda de forma robusta. Ademais, como o mercado de divisas também foi aberto para residentes, tal opção de investimento também se mostrou preferível vis-à-vis inversões produtivas, pela própria possibilidade de proteção contra potenciais desvalorizações e oscilações cambiais (Bulmer-Thomas, 2010; Cano, 2012). Essas mudanças acentuaram o caráter regressivo do novo "modelo" através da financeirização dessas economias em detrimento aos investimentos produtivos; algo corroborado pelo fato de a formação bruta de capital fixo (FBKF) na região, superior a 30% em 1980, ter caído para uma média de 20% em meados dos anos 1990, aproximadamente (Cano, 2012).

Tal subordinação financeira, pela perspectiva estruturalista, voltou a acentuar o caráter periférico da região, em função das nações sultornarem americanas se ainda mais "tomadoras" do que "criadoras" dos ciclos de negócios (Ocampo, 2001). Em suma, o ciclo neoliberal, pela dissolução dos mecanismos de intervenção e proteção do Estado quanto pela enxurrada de importações vindas na esteira dos programas de estabilização e apreciação artificial do poder de consumo em decorrência das taxas de câmbio apreciadas, gerou problemas contínuos de balanço de pagamentos (BP) que se ampliaram ao longo do período em muitos países sul-americanos (Medeiros, 1997; Gala, 2007; Cano, 2012).

O ingresso da região na globalização, em suma, não rendeu os frutos esperados: o legado dos anos 1990 foi de baixas taxas de crescimento (em alguns países, inferiores aos da própria década de 1980), aumento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho; e, não obstante a abertura comercial, permaneceram frágeis e débeis os vínculos com a economia global (ECLAC, 2004; Bulmer-Thomas, 2010).

Embora as tendências macroeconômicas mencionadas acima sejam importantes, elas não são o ponto de partida, mas sim consequência das

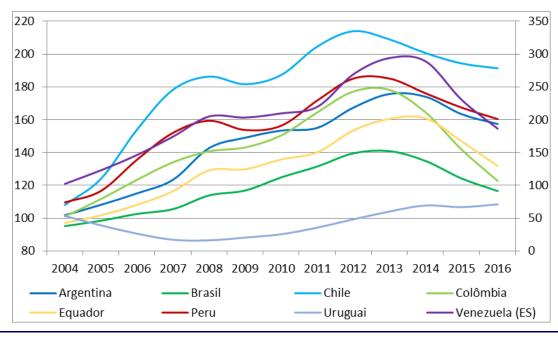
mudanças e rearranjos que a América do Sul passava. Ao olharmos as estruturas produtivas dessas nações, é notório como o novo paradigma neoliberal conformado pelos preceitos da ortodoxia inaugurou um processo de desindustrialização prematura. Isto é, quando os seus setores manufatureiros começam a perder atração antes mesmo da concretização do *catching-up* ou redução do hiato de renda e sofisticação vis-à-vis os países ricos (Palma, 2014).

Contudo, o alvorecer da década de 2000 parecia, a princípio, acenar a mudanças em tal cenário, com a chegada ao poder de novas forças políticas assentadas em projetos de país distintos dos anos pregressos; quando coalizões pró-capital/empresariado adeptas do receituário do Consenso de Washington, em nome da centralidade conferida à austeridade fiscal, precarização trabalhista e estabilidade monetária negligenciaram a dimensão social e redistributiva (Boschi e Gaitán, 2012; Vadell, 2013).

Destarte, foram eleitos: Hugo Chávez na Venezuela em 1998 (sucedido por Nicolás Maduro em 2014); Ricardo Lagos no Chile em 2000 (sucedido por Michelle Bachelet em 2006); Lula no Brasil em 2002 (sucedido por Dilma Rousseff em 2010); Nestor Kirchner na Argentina em 2003 (sucedido por Cristina Kirchner em 2010 após sua morte); Tabaré Vásquez no Uruguai em 2005 (sucedido por Pepe Mujica em 2010 antes de voltar ao poder em 2015); Evo Morales na Bolívia em 2006 e, finalmente, Rafael Correa no Equador também em 2006. Estes mandatários compõem a dita Onda Rosa.

A chegada da Onda Rosa ao poder coincidiu, no plano externo, com um evento de suma importância para as nações emergentes na década de 2000: a admissão da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em fins de 2001; o que abriu uma margem colossal para o país asiático escoar suas exportações, ampliar o crescimento e consolidar-se como potência glo-

Gráfico 3 - Termos de Troca (TdT) de países selecionados (2000=100)



Fonte: World Bank, World Development Indicators.

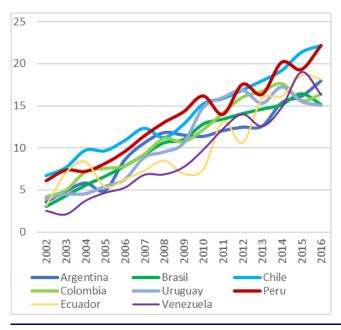
bal. Por conseguinte, as perspectivas favoráveis à economia chinesa, aumentando drasticamente a demanda por *commodities*, engendraram uma valorização significativa dos preços dos produtos primários advindos da periferia geoeconômica global e, concomitantemente, seus termos de troca (Becard, 2013; Pecequilo, 2013). Essa tendência durou quase todo o decênio, com estagnação a partir de 2010-2012 e, subsequentemente, declínio a partir de 2013. Como mostra o Gráfico 3, houve uma melhoria nos termos de troca nas principais economias sul-americanas em 2003/2013, vindo a cair a partir de 2014.

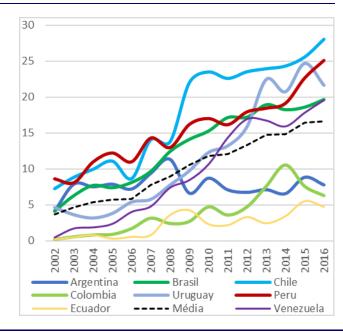
Nesse novo cenário que se apresentava, as coalizões políticas progressistas da região governaram, no plano sistêmico, em meio à ascensão chinesa e crescente participação do país asiático na economia e no comércio global. Com a região isso não foi diferente, com os chineses ampliando seu peso tanto nas exportações quanto nas importações da América do Sul, co-

mo atesta o Gráfico 4. No que se refere ao novo padrão de relações comerciais configurado entre a China e a América do Sul, é inegável a crescente interdependência assimétrica e natureza centro-periferia das mesmas, consubstanciada na especialização regressiva e na volatilidade dos termos de troca. A Tabela 1, mostrando o perfil de tais laços em 2016, corrobora tal natureza desigual.

Portanto, a região, que já caminhava numa trajetória de perda de complexidade e diversificação produtiva, com baixa incorporação de progresso técnico em função das estruturas econômicas rudimentares e dependência do capital estrangeiro, foi vítima da pró-ciclicidade causada pelo boom de *commodities* (Akyüz, 2020). Como isso se deu? A busca por recursos naturais pela China, visando objetivos de segurança alimentar e energética, retroalimentou ainda mais a especialização da região em bens primários agrícolas/minerais e ampliou sua dependência (Palma,

Gráfico 4 - Participação da China nas Importações (esquerda) e Exportações (direita) Sul-americanas (% do total)





Fonte: Elaboração própria a partir de The Atlas of Economic Complexity.

Tabela 1 - Principais produtos de importação e exportação da América do Sul com relação à China em 2016

	1º produto da pauta impor- tadora prove- niente da China	2º produto " """	3º produto "	4º produto " " " "	1º produto da pauta exporta- dora à China	2º produto " """	3º produto " " " "	4º produto " """
Brasil	Aparelhos celulares (5,21%)	Veículos e maquinários especiais (2,96%)	Aparatos de transmissão para rádios, telefones e televisores (2,08%)	Partes de rádios, telefones e televisores (2,05%)	Soja (36,39%)	Minério de ferro e deriva- dos (24,13%)	Petróleo cru (11,99%)	Celulose quí- mica, soda ou sulfato (4,78%)
Argentina	Aparelhos celulares (13,87%)	Computado- res (3,97%)	Partes de rádios, tele- fones e tele- visores (3,86%)	Estradas de ferro (3,33%)	Soja (62,97%)	Petróleo cru (8,98%)	Carne/ congelados (4,83%)	Crustáceos (4,32%)
Colômbia	Aparatos de transmissão para rádios, telefones e televisores (8,25%)	Computado- res (6,42%)	Aparelhos celulares (2,59%)	Pneus de bor- racha (1,69%)	Petróleo cru (87,25%)	Ligas de ferro (5,17%)	Resíduos e sucata de cobre (3,23%)	Tiras de peles de bovinos ou equinos (0,74%)
Chile	Aparatos de transmissão para rádios, telefones e televisores (6,5%)	Computado- res (4,01%)	Calçados de borracha ou plástico (2,07%)	Ferros laminados planos (1,80%)	Cobre refinado e ligas de cobre (34,08%)	Minérios de cobre (32,55%)	Cobre não refinado (6,76%)	Celulose quí- mica, soda ou sulfato (6,49%)
Peru	Aparatos de transmissão para rádios, telefones e televisores (11,6%)	Computado- res (6,67%)	Aparelhos celulares (4,48%)	Monitores e projetores (1,90%)	Minério de co- bre (61,99%)	Cobre refina- do e ligas de cobre (8,58%)	Farinha de peixe para alimentação animal (7,89%)	Minério de ferro e deriva- dos (5,34%)
Venezuela	Veículos e maquinários especiais (4,62%)	Estruturas de aço ou ferro (4,14%)	Máquinas de escavação ou perfuração (4,14%)	Ônibus (3,95%)	Petróleo cru (82,46%)	Petróleo refinado (10,46%)	Minério de ferro e deriva- dos (5,7%)	Álcoois acícli- cos (0,91%)
Equador	Aparelhos celulares (4,49%)	Motores elétricos ou geradores (3,75%)	Computadores (3,14%)	Aparatos de transmissão para rádios, telefones e televisores (3,03%)	Petróleo cru (33,51%)	Minerais metálicos preciosos (14,9%)	Bananas (12,72%)	Crustáceos (9,74%)
Uruguai	Computadores (5,05%)	Inseticidas, pesticidas, fungicidas, etc. (4,65%)	Aparatos de transmissão para rádios, telefones e televisores (4,31%)	Grupos geradores e conversores rotativos (3,61%)	Soja (35,6%)	Carne/ congelados (26,84%)	Celulose química, soda ou sulfato (23,25%)	Couro cru de bovinos ou equinos (2,08%)

Fonte: The Atlas of Economic Complexity.

2014). Não apenas a América do Sul tornou-se mais dependente das exportações primárias como, mesmo no bojo destas, a pauta tornou-se mais concentrada numa quantidade menor de produtos em quase todos os casos nacionais. A Tabela 2 endossa tal afirmação.

A outra problemática do boom de commodities e da regressão produtiva foi que, com a entrada massiva de divisas na região aproveitando o ciclo econômico de expansão global e a valorizabens ção tais dos países "emergentes" (corroborando, pois, a problemática referida da pró-ciclicidade), diversos deles ainda que com distintas intensidades - sofreram com apreciações cambiais, resultado principalmente da entrada de capitais externos em função do diferencial de taxa de juros doméstica e externa (as chamadas operações de "carry trade"). Tais apreciações, ocorridas no Brasil, Chile, Colômbia, Uruguai e Peru, intensificaram ainda mais a perda de competitividade exportadora dos setores manufatureiros domésticos e, de quebra, geraram barateamento de bens de consumo que, alinhado ao aumento da renda no curso da década de 2000 principalmente, retroalimentou as importações de bens de maior valor agregado, incluindo aí os chineses (Palma, 2014; Rodrigues e Moura, 2019; Gala, 2020).

A partir da virada da década de 2000 para a de 2010, não obstante, as condições propiciadas pela economia internacional aos países emergentes mudaram drasticamente. Com a eclosão da crise financeira do subprime estadunidense em 2008 e desdobramentos no resto do mundo e particularmente nos países desenvolvidos impactando na demanda global -, a China passou então a enfrentar desafios que a obrigaramna a um câmbio no modelo de desenvolvimento. Desafios internos (limites estruturais do próprio padrão de crescimento) e externos (demanda mundial reprimida após a recessão gerada pela crise) tornaram imperativa a adaptação a um "Novo Normal"; com um menor ritmo de expansão econômica que, evidentemente, influenciou em boa medida nos preços de commodities (Moura, 2015; Naughton, 2015; Pereira e Ribeiro, 2016).

Com o gradual arrefecimento e o subsequente fim do cenário benigno que beneficiou a América do Sul nos anos 2000, os governos progressistas se defrontaram com dificuldades crescen-

Tabela 2 - Peso (%) dos Três (3) Itens mais exportados sobre o total da Pauta Exportadora de Países Selecionados

	Brasil	Argen-	Chile	Uru-	Vene-	Equa-	Peru
2002	13,9%	23,7%	36,2%	23,5%	77,6%	62,2%	35,3%
2010	28,4%	24,9%	55,5%	29,3%	95,6%	67,7%	42,7%
2018	33,8%	34%	47,3%	35,1%	92,3%	65%	44,3%

Fonte: Elaboração própria com base em The Atlas of Economic Complexity.

tes: desaceleração do crescimento, queda nas receitas fiscais, retorno do endividamento (que decaíra no ciclo do decênio anterior) e uma piora do desempenho econômico de forma geral conduziram a descontentamentos populares e contestações dos presidentes incumbentes; com eleições polarizadas e câmbio político. Nesse sentido, destacamos a eleição de Mauricio Macri na Argentina em 2015; de Pedro Kuczynski no Peru em 2016; de Lenín Moreno no Equador em 2017; e o de Sebastián Piñera no Chile em 2018. Isso sem contar o impeachment que depôs a presidente Dilma Rousseff no Brasil e levou ao poder seu vice, Michel Temer, com participação ativa em tal processo. Todos esses novos presidentes, em maior ou menor grau, foram responsáveis por uma mudança na política econômica na direção de uma orientação mais ortodoxa e liberalizante. Na Venezuela, caso mais crônico de estrutura produtiva não-complexa e concentrada da região, embora Maduro tenha permanecido no cargo, o colapso do preço do petróleo em 2014 impôs uma ruptura do tecido econômico; com uma fuga de capitais e tombo nas receitas que fizeram o país colapsar e lidar com um quadro de crise permanente e hiperinflação causada pela falta de divisas e preço de bens básicos ou complexos importados de fora.

De toda forma, o ciclo político de governos progressistas ou de centro-esquerda na América do Sul, que parecia acenar para um quadro até então inédito (em retrospectiva do legado histórico da região) de crescimento econômico com distribuição de renda, rapidamente se reverteu e encerrou-se melancolicamente. A erosão de tal ciclo econômico e suas bases é alvo de debates até hoje pelas distintas perspectivas teórico-intelectuais, e assim permanecerá por um bom

tempo. Olhando pelos dados que trouxemos aqui na discussão e em vista dos aportes clássicos e básicos dos cânones do estruturalismo cepalino, contudo, nos parece relativamente compreensível e aceitável o seguinte diagnóstico: não obstante os méritos de tais governos e experiências – até mesmo pela coalizões políticas em que assentavam, englobando também movimentos populares da sociedade civil e sindicatos - em mobilizar os dividendos do crescimento para políticas de inclusão social, fracassaram retumbantemente em romper com a institucionalidade macroeconômica neoliberal instaurada na década de 1990. Foram vítimas do nexo commodities-finanças (acentuada pela ascensão chinesa e sua magnitude em decorrência do perfil produtivo regional) e, incapazes de retomarem uma agenda industrialista capaz de ressuscitar suas capacidades manufatureiras e competividade externa, estiveram o tempo todo reféns das circunstâncias exógenas (Campello, 2015; Akyüz, 2020).

Destarte, vislumbrar um novo ciclo de desenvolvimento com mudança estrutural para a região, que seja sustentado por bases sólidas, implicará mandatoriamente em reformas que tirem-na da condição de "business-cycle taker" e possam recoloca-la numa nova trajetória de crescimento com catching-up e adensamento ou complexificação das cadeias produtivas. Isto só virá com uma ruptura com a natureza pró-cíclica engendrada pela institucionalidade neoliberal e por alguma revisão na abertura comercial (tarifária) e financeira (das contas de capital). Tal ruptura, por vez, somente será possível de viabilizar políticamente com uma rediscussão e o redimensionamento das relações Estado-mercado; com o sucessivo empoderamento do primeiro na condução das rédeas da economia, voltando a indústria a ser o carro-chefe do crescimento.

Referências:

AKYÜZ, Yilmaz. "External Balance Sheets of Emerging Economies: Low-Yielding Assets, High -Yielding Liabilities. Political Economy Research Institute (PERI)". *Working Paper Series* No. 476, 2018.

AKYÜZ, Yilmaz. "The commodity-finance nexus: Twin boom and double whammy". *Journal of Contemporary Economics*, Vol. 24, No.1, 2020. pp.1-13.

BECARD, Danielly. "China's diplomacy and trade in Latin America". *Estudos Internacionais*, Vol. 1, No. 2, 2013. pp.223-239.

BOSCHI, Renato Raul; GAITÁN, Flavio. "Politics and Development: Lessons from Latin America". In.: BOSCHI, Renato Raul; SANTANA, Carlos Henrique (Eds.), *Development and Semi-Periphery: Post-neoliberal Trajectories in South America and Central Eastern Europe*. Londres: Anthem Press, 2012. pp.45-63.

BULMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la Independencia*. 2ª Ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CAMPELLO, Daniela. *The politics of Market Discipline in Latin America: Globalization and Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2015.

CANO, Wilson. "América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo". In.: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações.* 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. pp.287-326.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERI-

CAN AND CARIBBEAN (ECLAC). A decade of social development in Latin America, 1990-1999. Santiago, Chile: United Nations, 2004. Disponível em: < https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2383/1/ S2004001 en.pdf >.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *IMF Primary Commodity Prices*. Disponível em: < https://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx. > Acesso em 6 de maio de 2022.

FURTADO, Celso. "Development and Stagnation in Latin America: A structuralist approach". *Studies in Comparative Internacional Development*, Vol. 1, 1965. pp.159-175.

GALA, Paulo. "Dois padrões de política cambial: América Latina e Sudeste Asiático". *Economia e Sociedade*, Vol. 16, No.1, 2007. pp.65-91.

GALA, Paulo. *A China "destruiu" o Brasil?*. 10 de novembro de 2020. Disponível em: < https://www.paulogala.com.br/evolucao-da-complexidade-economica-no-brasil-e-na-china/ >. Acesso em 8 de maio de 2022.

KALTENBRUNNER, Annina; PAINCEIRA, Juan Pablo. "Subordinated Financial Integration and Financialisation in Emerging Capitalist Economies: The Brazilian Experience." *New Political Economy*, Vol. 23, No.3, 2017. pp.290-313.

KEOHANE, Robert; MILNER, Helen. "Introduction". In.: KEOHANE, Robert; MILNER, Helen (Eds.). *Internationalization and Domestic Politics*. Massachussets: Cambridge University Press, 1996.

MEDEIROS, Carlos. "Globalização e a Inserção Internacional diferenciada da Ásia e América Latina". In.: TAVARES, Maria da Conceição; FIO-RI, José Luís (Orgs.). *Poder e Dinheiro: uma eco-*

nomia política da Globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. pp.279-346.

MOURA, Rafael. "A desaceleração chinesa e o 'Novo Normal': implicações estruturais para a economia e o setor financeiro doméstico". *Desenvolvimento em Debate*, Vol. 3, No.2, 2015. pp.79-109.

NAUGHTON, Barry. "China and the Two Crises: From 1997 to 2009." In.: PEMPEL, T. J.; TSUNE-KAWA, Keiichi (Eds.). *Two Crises, Different Outcomes: East Asia and Global Finance*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2015. pp.110-134.

OCAMPO, José António. "International asymmetries and the design of the international financial system.". *CEPAL - Temas de coyuntura*, No. 15, 2001.

PALMA, José Gabriel. "De-Industrialisation, 'Premature' De-Industrialisation and the Dutch-Disease". *Revista NECAT*, Ano 3, No. 5, 2014. pp.7-23.

PAULA, Luiz Fernando de; FRITZ, Bárbara; PRATES, Daniela. "Keynes at the periphery: Currency hierarchy and challenges for economic policy in emerging economies". *Journal of Post Keynesian Economics*, Vol. 40, No. 2, 2017. pp.183-202.

PECEQUILO, Cristina. "A América do Sul como

espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China". *Carta Internacional*, Vol. 8 No. 2, 2013. pp.100-115.

PEREIRA, Lia; RIBEIRO, Lívio. "A nova fase do modelo chinês e as principais questões para o Brasil." In.: BONELLI, Régis; VELOSO, Fernando (Orgs.). *A Crise de Crescimento do Brasil*. Río de Janeiro: Elsevier, 2016. pp.243-281.

PREBISCH, Raul. *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2011.

RODRIGUES, Bernardo; MOURA, Rafael. "De la Ilusión de las Commodities a la Especialización Regresiva: América del Sur, China y la nueva etapa de la dependencia en el Siglo XXI". *Revista Papel Político*, Vol. 24, N. 2, 2019.

VADELL, Javier. "The North of the South: The Geopolitical Implications of 'Pacific Consensus' in South America and the Brazilian Dilemma." *Latin American Policy*, Vol. 4, No. 1, 2013. pp.36-56.

VILLARREAL, René. *A Contra-Revolução Moneta*rista: Teoria, Política Econômica e Ideologia do Neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 1984.

PAPEL DO ESTADO E DO PLANEJAMENTO NA TRANSIÇÃO VERDE SUSTENTÁVEL

Linnit Pessoa Doutoranda PPGE/UFF e pesquisadora do Finde/ UFF

Fernanda Feil

Doutora em economia e pesquisadora do GESP/IESP e do Finde / UFF.

A iminência da crise climática e seus efeitos nefastos sobre o meio ambiente e a vida humana é cada vez mais evidente. As mudanças climáticas já afetam a segurança alimentar, o acesso à água e as condições de habitação. De acordo com o *Climate Vulnerable Forum*, somente em 2020, 15 milhões de pessoas foram desalojadas em razão de desastres climáticos. Essa situação será agravada se não cumprirmos a meta – já desafiadora – de manter o aquecimento global em até 1,5°C em relação ao nível pré-industrial até 2050, ameaçando a manutenção do padrão e das condições de vida que conhecemos hoje.

O Estado, mesmo liberal, tem um amplo papel nas economias de mercado. É o agente econômico capaz de trazer estabilidade, reduzir a desigualdade e traçar planejamentos visando o crescimento de longo prazo com sustentabilidade ambiental- i.e., crescimento com desenvolvimento econômico no contexto de transição climática. Deve ofertar bens e serviços públicos essenciais de forma desmercantilizada, realizar investimentos em setores estratégicos (como infraestrutura física e social, ciência e tecnologia), transferir renda àqueles que não têm condições básicas de vida, regular e promover o crescimento do setor privado, atuar contra ciclicamente e manter a economia em trajetória de crescimento sustentável.

O tema do planejamento não é novo na literatura econômica, porém esteve esquecido com o avanço do neoliberalismo. Para o enfrentamento da crise climática, o planejamento econômico será essencial. É uma alternativa para conduzir as economias a operar com pleno emprego dos fatores de produção; mas, além disso, é uma alternativa para coordenar a alocação dos fatores, conduzindo as economias para a transição verde sustentável.

Assim, o planejamento econômico pode ser uma estratégia para conduzir à transição verde sustentável. Tendo em vista o elevado grau de incerteza do processo de transição e o papel fundamental que o Estado historicamente tem na promoção da mudança estrutural, este deve ser o agente coordenador do processo de transição das economias com alta intensidade de emissão de gases de efeito estufa (GEE) para aquelas com baixa intensidade. Essa nota tem como objetivo fazer considerações acerca desse tema, para estimular pesquisas mais profundas sobre o planejamento econômico e a urgência de medidas consistentes para lidar com a crise climática.

Planejamento econômico: por quê?

Os aspectos que definem a crise climática são cada vez mais evidentes. Segundo o último re-

latório do Painel Internacional sobre Mudança Climática (IPCC, 2022), os incrementos verificados nas concentrações de GEE são inequivocamente causados pelas atividades humanas. Esta afirmação representa uma mudança considerável em relação aos relatórios anteriores, corroborando os mais graves temores de uma emergência climática planetária. A extensão e magnitude da crise são maiores do que o estimado em avaliações anteriores - eventos extremos já são uma realidade cada vez mais frequente, tais como ondas de calor, chuvas fortes, secas e ciclones tropicais. As temperaturas globais continuarão a subir até pelo menos meados do século sob todos os cenários de emissões considerados. O aquecimento global de 1,5°C e 2°C, considerado como um valor-limite pelo Acordo de Paris, será excedido durante o século XXI, a menos que reduções profundas de GEE aconteçam até o final da década de 2020. Ou seja, o espaço temporal para adotar as mudanças necessárias está se fechando.

As expectativas são desastrosas e a atenuação da catástrofe ambiental exige uma alteração profunda e imediata na forma como nos relacionamos em sociedade - desde a reformulação dos modos de produção e consumo, até a adoção de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do problema. Isso envolve, particularmente, o planejamento estatal. Mais ainda, o planejamento deve ocorrer de forma coordenada entre os Estados Nacionais. Os desafios são gigantescos, pois assume-se que deve haver uma reordenação completa dos modos de produção e consumo da sociedade. Todos os setores da vida, da silvicultura, da educação, das artes, da habitação, da eletrificação, da produção e do consumo, a forma como os Estados, o mercado e a sociedade interagem, as políticas públicas e as finanças, devem ser alinhadas sob o guardachuva de uma única missão para toda a sociedade. Ademais, os impactos climáticos não respeitam fronteiras. A coordenação deve ser global, inclusiva, com mudanças em todos os setores da economia.

Os esforços que deverão ser empreendidos para garantir uma transição verde sustentável exigem mudanças políticas e econômicas imediatas. É um processo que precisa de novos instrumentos para apoiá-lo em uma reordenação completa do modo de produção. As ações precisam ser rápidas, abrangentes e ambiciosas.

Diversificar a economia, construir modos alternativos de crescimento, coordenar ações globais e melhorar a distribuição de renda, riqueza e poder mediante políticas "verdes" alinhadas com políticas macroeconômicas, sociais e financeiras mais democráticas no tempo necessário requer planejamento e coordenação. Por isso, o Estado deve agir orientado pela missão de promover uma transição verde sustentável, atuando com intencionalidade, dirigindo o mercado, assumindo riscos, gerando uma nova convenção. A transição precisa de transformação do mercado, tanto no lado da oferta quanto no lado da demanda. Cabe ao Estado afetar a estrutura e o funcionamento dos mercados e dos investimentos.

Planejamento econômico: para quê?

No entanto, apesar da estatura do desafio, trazer de volta o Estado para o protagonismo do planejamento econômico não será tarefa fácil. Desde o final da década de 1980 o debate sobre o desenvolvimento econômico das economias "atrasadas" vem sendo cerceado por recomendações de "boas políticas" e "boas práticas" necessárias para que as economias periféricas cresçam. A agenda de prescrições para o desen-

volvimento tardio dessas economias é marcada pelo Consenso de Washington, que prescreve políticas macroeconômicas restritivas, marcadas por liberalizações, desregulamentações e privatizações.

Diversos autores da tradição heterodoxa questionam se esse conjunto de políticas foi efetivamente adotado pelos países desenvolvidos quando estavam no processo de desenvolvimento, indagando se essas "boas políticas" e "boas práticas" são funcionais para o desenvolvimento econômico das economias periféricas.

Chang (2003) mostra que os países avançados não teriam atingido esse estágio de desenvolvimento caso adotassem a agenda que atualmente é recomendada para os países periféricos. Ao analisar a experiência da Grã-Bretanha, o autor observa que a região se beneficiou de um Estado ativo desde que começou a fomentar o desenvolvimento manufatureiro, a partir de 1489. As políticas destinadas à promoção da indústria manufatureira, que passaram a ser implementadas em 1721, só foram abandonadas quando sua supremacia produtiva e tecnológica era incontestável, em meados do século XIX.

Os Estados Unidos são outro exemplo de país que desfrutou de políticas que dessem suporte ao seu desenvolvimento, apesar de ser um dos maiores proponentes da ideologia do livre mercado e das reformas liberalizantes que vêm ocorrendo nas últimas décadas. O Estado estadunidense teve um papel ativo na promoção do desenvolvimento industrial e tecnológico do país, adotando medidas de cunho protecionista durante o processo de desenvolvimento industrial e empreendedor na busca por inovações e progresso tecnológico (Mazzucato, 2014).

A crise climática traz novos desafios, tanto para

economias desenvolvidas quanto para as periféricas, sendo necessário realizar mudança estrutural não somente tendo em vista o desenvolvimento econômico, mas a fim de atenuar os impactos da crise climática. O que queremos dizer é que enfrentar os desafios das próximas décadas, as mudanças climáticas e os efeitos dessa crise, requer um amplo processo de mudança estrutural, a ser realizado por todas as economias – independente de sua posição econômica, da soberania de sua moeda, do seu nível de renda, de sua influência geopolítica e de seus recursos. O Estado, enquanto agente fundamental para o bom funcionamento de economias de mercado e como ator no processo de mudança estrutural, deve adotar as políticas necessárias e conduzir essa mudança estrutural. Para tanto, é necessário que ocorra um planejamento econômico, planejando os investimentos que são necessários para enfrentar as condições postas de forma coordenada e planejada. A necessidade de realizar transformações tão profundas quanto as necessárias para minimizar os efeitos da crise climática é um processo inerentemente incerto, sendo mandatória uma atuação planejada e coordenada para atingir esse objetivo. A elevada incerteza que cerca os investimentos imperativos a esse fim tornam imprescindível que o Estado atue ativamente nesse processo, uma vez que, diante de cenários de elevada incerteza, o setor privado tende a agir de forma conservadora.

O planejamento econômico é uma alternativa para conduzir as economias a operar com pleno emprego dos fatores de produção, sendo uma forma coordenada de estimular as economias a atingir (ou ampliar) seu produto potencial. O Estado planejador é, por definição, proativo, que adota políticas pró crescimento – e não apenas viabiliza através de estímulos fiscais e tributários a expansão do setor privado e do investi-

mento privado –, liderando e coordenando tal expansão com objetivo de atingir objetivos econômicos de prazo mais longo. Em meio ao cenário de mudanças climáticas e seus efeitos, o planejamento econômico também pode consistir em uma estratégia para transformar a estrutura produtiva e social, além de realizar a transição energética, conduzindo as economias a um modo de produção mais sustentável.

Considerando que tais transformações não são somente desejáveis, mas urgentes, cabe ao Estado promover, coordenar e conduzir esses investimentos, criando novos mercados, produtos e serviços que não seriam criados se não fosse a atuação do setor público. O investimento público é uma ferramenta fundamental para transformar a estrutura produtiva de economias de mercado. O Estado é um importante agente na promoção da mudança estrutural necessária para que um país se desenvolva (Chang, 2003; Mazzucato, 2014), mas o desafio que nos é posto agora impõe que não devemos buscar somente um "crescimento com mudança estrutural" para promover o desenvolvimento econômico como um fim em si mesmo. Mais do que nunca, a questão mais importante é qual tipo de mudança estrutural perseguir, e esta deve ter em seu cerne a finalidade de responder às limitações impostas pelas mudanças climáticas.

Qual planejamento é necessário?

Transformar a estrutura produtiva impõe a necessidade de realizar massivos investimentos com um horizonte longo de tempo. Para tanto, uma estratégia de *socialização do investimento* pode ser um artifício para realizar e coordenar os investimentos necessários. A proposta de socialização do investimento de Keynes consistia (de forma simplificada) no controle estatal do investimento, com objetivo de sustentar o inves-

timento total (público e privado) e promover estabilidade econômica. A estratégia teria a capacidade de balancear períodos de baixo investimento privado através de planos de investimentos públicos direcionados a áreas específicas. Seria uma estratégia que possibilitaria a manutenção do investimento agregado em patamares elevados – sustentados pelo investimento público que, por sua vez, estimularia os investimentos privados –, levando a economia a operar com o pleno emprego dos fatores de produção. A socialização do investimento deveria ocorrer respeitando a liberdade dos empresários em escolher entre as alternativas de investimento, tendo o objetivo de regular o investimento total, não sua composição (Keynes, 2013; Carvalho, 2019).

Pensando na estratégia em resposta à crise climática, contudo, é necessário uma atuação mais ativa no sentido de direcionar os investimentos. determinando as áreas prioritárias e regulando sua composição, já que nesse caso não estamos falando de uma estratégia com objetivo apenas de conduzir as economias ao pleno emprego, mas sim de realizar uma mudança estrutural na direção necessária para lidar com tal problemática. Ainda assim, a proposta é inspiradora para pensar em alternativas para planejar o crescimento econômico e a mudança estrutural necessária para responder à crise, ainda que seja necessário adaptá-la aos desafios deste século. A socialização do investimento pressupõe a criação permanente de um conselho de investimento público pra monitorar e controlar o investimento. Para governar a socialização do investimento, o autor propõe a criação de um orçamento de capital, direcionado para investimentos, ideia que também é funcional para responder à crise climática por trazer maior autonomia ao Estado na execução de planos de investimen-

to de longo prazo. Desse modo, seria possível governar de forma planejada todos os investimentos (públicos e privados) e sustentar grande parte do investimento total, que deveria ser dirigido pelo setor público. A proposta possibilitaria a execução de um programa de investimento de longo prazo, estável, capaz de compensar flutuações imprevistas de curto prazo. Para tanto, seria necessário realizar levantamentos e análises regulares dos financiamentos e execuções dos investimentos, assim como realizar previsões, com avaliações permanentes dos resultados obtidos e esperados (Sicsú, 2021). Assim, o Estado teria controle de grande parte dos investimentos (públicos e privados), medida que é desejável para executar e coordenar os investimentos necessários nessa transição verde sustentável.

Para executar e coordenar esse volume de investimentos, bancos públicos (notadamente os bancos de desenvolvimento) têm um papel ainda mais fundamental para o financiamento de novas indústrias, setores e tecnologias. Uma vez que as instituições financeiras privadas são orientadas pelo lucro, estas não necessariamente operam tendo em vista os objetivos econômicos de longo prazo e, além disso, tendem a criar gargalos no financiamento de setores de investimento de maior risco e de prazo de maturação mais longo – como os investimentos necessários para responder à crise climática, para mudança da estrutura produtiva e para transição energética. Desse modo, é fundamental a existência de instituições públicas cuja lógica da operação atenda às necessidades do tipo de desenvolvimento que se busca (Feil et al., 2021). As instituições financeiras públicas, especialmente os bancos de desenvolvimento, são atores capazes de financiar investimentos de longo prazo garantindo que o investimento produtivo não fique refém do setor financeiro privado em mo-

mentos de elevados riscos. Os bancos de desenvolvimento têm capacidade de atuar como um braço de política pública pró-crescimento com mudança estrutural e são capazes de direcionar o financiamento para setores e indústrias sustentáveis, além de promover o investimento à inovação. Dessa forma, bancos de desenvolvimento são instituições funcionais para realizar mudança estrutural, sendo um valioso instrumento para o planejamento econômico. Os bancos de desenvolvimento são funcionais para a estratégia de socialização do investimento especialmente se considerarmos a expertise que esse tipo de instituição tem na execução e coordenação de grandes projetos de investimento de longo prazo.

É importante pontuar ainda que para que a estratégia de socialização do investimento seja possível e que o Estado seja planejador e realize um projeto de planejamento econômico, é fundamental ter autonomia na condução das políticas econômicas e ter espaço fiscal. Um elevado grau de autonomia de políticas econômicas possibilita que o país tenha possibilidade de realizar o arranjo de políticas e utilizar os mecanismos necessários para realizar investimentos para transformar a estrutura produtiva e a matriz energética da economia. Considerando que o investimento agregado é uma variável chave nesse processo de transição, a política monetária deve promover liquidez suficiente para que as taxas de juros nominais e reais sejam mantidas em níveis baixos, a fim de estimular o investimento produtivo. Além disso, uma convenção de política econômica de juros baixos reduz o custo da dívida pública (e, portanto, também do investimento público), ampliando o espaço fiscal da economia. Uma convenção de juros altos e regras fiscais excessivamente restritivas impossibilita qualquer tipo de socialização do investimento, restringe as possibilidades de mudança

estrutural, e não contribui para o crescimento econômico, nem para a estabilidade macroeconômica, e ainda limita as alternativas para lidar com a crise climática.

Conclusão

A crise climática é certamente o major desafio deste século. O mundo enfrentará uma sucessão de catástrofes ambientais cada vez mais intensas e frequentes e o intervalo de tempo para agir está se encurtando. A menos que as mudanças mitigadoras sejam drásticas e imediatas, a limitação do aquecimento global será inviável. Os esforços que deverão ser empreendidos para limitar os efeitos demandam novos instrumentos de planejamento político e econômico. Apesar da gravidade sem precedentes da crise, quase nada mudou nos últimos quarenta anos em termos de padrões de produção e políticas públicas. Os riscos associados às profundas incertezas envolvidas e à necessária transformação estrutural do atual sistema socioeconômico são enormes. A economia ortodoxa não tem as respostas nem os instrumentos para lidar com tal desafio. Aqui não é o mercado por meio da iniciativa privada que conseguirá conduzir esse processo - como de fato nunca o foi em nenhum processo de mudança estrutural dos países desenvolvidos. Cabe ao Estado agir intencionalmente, promovendo transformações sustentáveis, mudando a estrutura e o funcionamento dos mercados por meio de um planejamento transversal que inclua a sustentabilidade em todos os programas do governo.

Referências:

Carvalho, F. C. (2019). Economic Planning under Capitalism: The New Deal and Postwar France Experiments. *Working Paper No. 923*, Levy Economics Institute of Bard College. February 2019.

Chang, H. (2004). *Chutando a escada: a estraté-gia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. Editora UNESP, São Paulo, 2004.

Feil, F.; Feijó, C.; Horn, C. H. (2021). Regional credit distribution in Brazil: the role of state-owned financial institutions. *Area Development and Policy*, p. 1-17, 2021.

Keynes, J. M. (2013). *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Vol. 7. Cambridge: Cambridge University Press.

Mazzucato, M. (2014). *O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado.* Editora Portfolio-Penguin, 1ª ed., São Paulo, 2014.

Sicsú, J. (2021). A Relevância do Orçamento de Capital e do Planejamento no pensamento de Keynes. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, Brasília Volume 11, nº 02, 2021, pg. 5–23.

IMPACTOS DO CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA PARA A HEGEMONIA DO DÓLAR

Júlia Leal

Doutoranda em Economia pela UFRJ, bolsista CAPES e pesquisadora associada ao Finde/UFF

Luiz Fernando de Paula

Professor de Economia do IE/UFRJ, coordenador do GEEP/IESP-UERJ e pesquisador associado ao Finde/UFF.

O atual Sistema Monetário Internacional (SMI) possui um caráter hierárquico no qual o dólar é a principal moeda do SMI e sua supremacia, até agora, tem sido incontestável, ainda que sua participação nas transações entre países e como reserva de valor tenha declinado nos últimos anos. Os Estados Unidos ainda detêm o predomínio militar, cultural e financeiro sobre o resto do mundo. Como resultado, conseguem formular políticas de acordo com os objetivos domésticos e suas ações reverberam sobre as demais nações, se aproveitando do fato de ser emissor de uma moeda de aceitação internacional, naquilo que ficou conhecido como "privilégio exorbitante", termo cunhado por Barry Eichengreen.

Por outro lado, a China, enquanto segunda maior economia mundial, possui um papel crucial nos fluxos de comércio e vem aumentando cada vez mais sua relevância nos mercados financeiros. Após a crise financeira de 2008, o governo chinês decidiu impulsionar a internacionalização de sua moeda. Renminbi ('a moeda do povo') é o nome oficial da moeda da China, enquanto o iuane é a sua unida-

de de conta. Existia a estratégia de estabelecer gradualmente uma outra moeda de reserva, que pudesse competir com o dólar e reestruturar o SMI. Assim, a instabilidade sistêmica provocada pela crise financeira iniciada nos Estados Unidos em 2007/08 foi a engrenagem necessária para expandir o uso do renminbi (RMB).

Em particular, para reduzir a dependência dos sistemas de pagamentos financeiros controlados pelos EUA, a China lançou em 2012 o CIPS – "Cross-border interbank payment system" – que atingiu US\$ 7,1 trilhões em transações em 2021, agregando 1.200 participantes, um volume ainda baixo comparado ao sistema SWIFT, que conta com 11 mil membros de mais de 200 países.

Para se ter uma ideia, em 2019, o dólar americano teve uma participação de 88,3% no volume de negócios do mercado de câmbio global, seguido pelo euro (32,3%), iene japonês (16,8%) e libra (12,8%). Já o RMB representava 4,3%. Em termos das reservas cambiais no mundo, no 4º trimestre de 2021, o dólar americano respondia por 58% do total

¹ https://www.bis.org/statistics/d11_3.pdf

das reservas (contra 71% ao final dos anos 2000), enquanto o euro 20%, iene 0,7%, libra 0,6% e RMB apenas 0,3%.²

Acontecimentos recentes: o conflito Rússia-Ucrânia

O atual conflito entre Rússia e Ucrânia parece ser mais um impasse entre Casa Branca e Kremlin. Desde o início da invasão das tropas russas ao território ucraniano, Joe Biden vem liderando uma série de sanções, com impactos econômicos observados não só na Rússia, mas como em toda a economia global. Entre as sanções econômicas adotadas pelos Estados Unidos contra a Rússia, estão o congelamento de parte das reservas cambiais (cerca de US\$ 300 bilhões dos US\$ 630 bilhões das reservas do país) e a exclusão dos bancos russos do SWIFT, sistema de pagamentos entre instituições financeiras coordenados pelos bancos centrais das dez maiores economias do mundo. Apenas nos dias 28/2/22 e 01/03/22, o rublo desvalorizou cerca de 30%, obrigando o banco central russo a elevar sua taxa de juros de 9,5% para 20% a.a.³

A China possui estreitas relações com a Rússia, em particular no que se refere à adoção de uma postura destoante em relação aos Estados Unidos. Em termos de comércio exterior, a China se consolidou como o principal destino para as exportações russas (cerca de 15% em 2019), sendo a Rússia a segunda mais importante fonte de petróleo para a China. Dentre as parcerias entre esses dois países, pode-se destacar a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que foi

criada em 2001 com o objetivo de fortalecer a integração regional entre os países membros (China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão), promovendo uma cooperação política, econômica, comercial, tecnológica e cultural. Além disso, a organização busca estabelecer uma nova ordem política e econômica internacional.⁴ Com efeito, a OCX representa uma proteção contra a influência norteamericana.

Iniciado em 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping, o *Belt and Road Initiative* (BRI) é um programa que busca aprofundar a integração econômica entre os países ao longo da Rota da Seda. Apesar do BRI ser uma iniciativa global, o foco principal são os países da Ásia, África Oriental, Europa Oriental e Oriente Médio. Em termos econômicos, os países participantes somam mais de um terço do PIB mundial.⁵ A China possui importantes interesses nessa integração regional, uma vez que o BRI pode ser um importante passo para o domínio chinês. Com efeito, os Estados Unidos se preocupam com possíveis ações conjuntas entre China e Rússia.

As sanções impostas pelos Estados Unidos e pela Europa foram criticadas pelo governo chinês, que tem mantido uma certa neutralidade em relação à Guerra da Ucrânia. No dia 02 de março, o presidente da Comissão Reguladora de Bancos e Seguros da China, Guo Shuqing, disse que o país não concorda com as sanções financeiras, classificadas como unilaterais e ilegais⁶. Assim, a posição da China é clara: não irá aderir às penalidades impostas à Rússia, ainda que não

 $^{^2\} https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/guerra-e-sancoes-aceleram-desglobalizacao-e-poem-dolar-em-xeque.shtml?origin=folha$

³https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-03/congelamento-de-reservas-externas-ameaca-economia-russa

⁴ http://eng.sectsco.org/about_sco/

⁵ Para mais informações sobre o BRI, ver em: https://www.beltroad-initiative.com/belt-and-road/

⁶ https://www.cnbc.com/2022/03/02/china-will-not-join-sanctions-against-russia-banking-regulator-says.html

⁷ https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2022-03-17/end-globalization

aprove a invasão à Ucrânia. Para Posen (2022)7, a eficácia das sanções está relacionada com a forte aliança internacional que se formou, composta pelas principais instituições financeiras, com exceção dos bancos chineses. Para o autor, é pouco provável haver uma mudança mais profunda no atual sistema financeiro e monetário internacional, pois suas bases continuam as mesmas. Vale ressaltar que a União Europeia é o principal destino das exportações chinesas e, desta forma, a postura da China diante do atual conflito pode gerar algum desconforto com seus parceiros comerciais. Ou seja, a China encontrase numa situação delicada, pois possui importantes vínculos econômicos, comerciais e financeiros com ambos os lados.

Possíveis impactos na hegemonia do dólar

Outro ponto importante é se a China irá utilizar esse momento para aprofundar a internacionalização de sua moeda, assim como fez após a crise de 2008. A internacionalização do RMB foi um objetivo de política econômica chinês como resposta à crise de 2008 e um possível enfraquecimento da supremacia do dólar. Dentre as muitas peculiaridades da China, pode-se destacar também a forma como vem promovendo a internacionalização de sua moeda, pois possui um mercado de capitais pouco diversificado, com controle estatal sobre a conta financeira e a taxa de câmbio. Como observam Torres Filho e Pose (2018), o setor bancário, particularmente os bancos públicos, exerce um papel vital no sistema financeiro chinês, enquanto o mercado privado de títulos da dívida e de ações permanece limitado. Essa concentração de atividades no setor bancário caracteriza o sistema financeiro doméstico pouco diversificado observado

na China.⁸ De qualquer forma, o RMB vem aumentando sua participação no volume de comércio internacional, nos fluxos financeiros e como moeda de reserva oficial de outros bancos centrais.

Analisando o Relatório Trienal do BIS (2019), o RMB vem aumentando sua participação no volume de negócios do mercado de câmbio global. Em 2004, a participação do RMB era de apenas 0,1%, ocupando a 29ª posição do ranking. Em 2007, passou a ser 0,5% (20ª posição) e em 2010 foi 0,9% (17ª posição). Como resultado do avanço das medidas para promover seu maior uso internacional, o RMB correspondia em 2013 a 2,2%, ocupando a 9ª posição, passando para 4,0% em 2016 (8ª posição),9 para finalmente em 2019 corresponder a 4,3% e se manter na 8^a posição. Essa trajetória mostra que, de fato, o RMB passou a ser mais utilizado no mercado de câmbio global, subindo sua posição no ranking moedas analisadas.

Em novembro de 2015, o conselho executivo do FMI aprovou a inclusão do RMB como 'moeda emergente para negociação forex' na cesta dos Direitos Especiais de Saque (*Special Drawing Rights*, cuja sigla em inglês é SDR), que são um ativo de reserva internacional composto por uma cesta de moedas reserva. Além do RMB, incluído oficialmente no final de 2016, compõem a cesta o dólar americano, o euro, o iene japonês e a libra esterlina. A inclusão do RMB reflete o aumento da importância da moeda chinesa nas finanças globais.

Para Zoltan Pozsar, ex-funcionário do Federal Reserve e do Departamento do Tesouro dos EUA e, atualmente, chefe global de Estratégia de Taxas de Juros de Curto Prazo no Credit Suisse,

⁸ TORRES FILHO, E.; POSE, M. A internacionalização da moeda chinesa: disputa hegemônica ou estratégia defensiva? Revista de Economia Contemporânea, v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2018. DOI: 10.1590/198055272215. Como as transações com câmbio são feitas utilizando duas moedas, o somatório das participações é 200%.

o dólar estará mais fraco após a crise gerada pelo atual conflito. Segundo Pozsar, uma nova ordem mundial irá surgir, baseada em moedas lastreadas em *commodities*. Esta nova configuração monetária terá impactos negativos sobre o sistema eurodólar. Para Posen (2022), no cenário atual não será fácil para a moeda chinesa se tornar uma alternativa para o dólar. Embora as estruturas financeiras globais possam passar por mudanças e/ou adaptações, não há espaço para a ascensão de uma moeda alternativa ao dólar, ao menos a curto e médio prazo.

Vale destacar que alguns movimentos importantes estão ocorrendo. A Arábia Saudita está em um processo de negociação com a China para fixar parte das vendas de petróleo em iuane, a unidade de conta da moeda chinesa. Nesse sentido, contratos futuros de petróleo poderão ser denominados em iuane. Esta é uma clara tentativa de reduzir a predominância do dólar no mercado petrolífero, uma vez que a Arábia Saudita – maior exportadora de petróleo para China - não está satisfeita com a geopolítica adotada pelos norte-americanos. A efetivação dessa iniciativa poderá aprofundar o maior uso da moeda chinesa e será mais um espaço de concorrência direta com o dólar. No entanto, esta aproximação ainda estará longe de derrubar o favoritismo do dólar nas negociações globais. Além disso, como resposta às sanções impostas à Rússia, Vladimir Putin decidiu não aceitar pagamentos em dólar ou euro pelo fornecimento de petróleo e gás aos EUA e aos países membros da União Europeia, esses bastante dependentes da Rússia no fornecimento de gás.

De fato, apesar de ser uma boa aposta para se consolidar como uma moeda internacional, o RMB ainda possui um papel limitado. O paradoxo da internacionalização do RMB caracteriza-se pelo fato de a China adotar medidas para aumentar o uso internacional de sua moeda ao

mesmo tempo que mantém controle de capitais e um sistema financeiro ainda pouco desenvolvido e controlado pelo governo. O RMB vem sendo bastante utilizado em transações internacionais, a despeito da política de controle de capitais, mas a economia chinesa possui alguns entraves para consolidar a internacionalização, como a estrutura de seu sistema financeiro e a política de controle da conta financeira, que impõe restrições à entrada e saída de fluxos financeiros externos. Portanto, a moeda chinesa poderá ser capaz de desbancar outras como libra e iene, mas o dólar ainda será, pelo menos no futuro próximo, a moeda dominante do atual sistema monetário e financeiro internacional. Assim, o mundo talvez caminhe - a depender de vários fatores - para uma "nova ordem mundial financeira", com Estados Unidos e China disputando, lado a lado, a hegemonia monetária no mundo.

Considerações finais

Em síntese, a China adotou mudanças graduais e moderadas para promover a internacionalização do RMB, que está se tornando uma importante moeda na dinâmica global, tanto em transações comerciais quanto financeiras. Além disso, tem sido bastante utilizado como reserva oficial de bancos centrais de outros países. O RMB tem um grande potencial para competir com as principais moedas do atual SMI, no entanto, enfraquecer a supremacia do dólar será uma tarefa mais complexa. O projeto de internacionalização do RMB está vinculado a mudanças expressivas na macroestrutura chinesa e no modelo de gerenciamento da conta capital e financeira. Para avançar na internacionalização de sua moeda, a China precisa flexibilizar ainda mais suas normas sobre controle de capitais, intensificar a regulamentação das instituições financeiras, revisar sua política cambial, entre outras medidas.

GUERRA RUSSO-UCRANIANA: A RENOVAÇÃO DA OTAN E A AUTONOMIA ESTRATÉGICA ASIÁTICA

Pedro Txai Leal Brancher

Doutor em Ciência Política pelo IESP / UERJ pesquisador e do GEEP / IESP.

No dia 17 de setembro de 2021, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky emitiu decreto aprovando o Boletim de Defesa Estratégica, expediente que caracterizava à Rússia como uma ameaça direta a segurança da Ucrânia e anunciava a intenção do país de se integrar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Três meses depois, o Ministro das Relações Exteriores russo, Sergey Lavrov, emitiu comunicado conclamando que, no interesse da segurança europeia, a decisão de integrar a Georgia e a Ucrânia na OTAN deveria ser oficialmente revogada. Diante da recusa da OTAN em aceitar suas condições, o presidente da Rússia, Vladmir Putin, anunciou o lançamento de uma operação militar especial contra o Estado ucraniano no dia 24 de fevereiro de 2022. Minutos após a fala de Putin, misseis cruzadores e balísticos atingiam instalações militares em Kiev, Kharkiv e Dnipro, e forças russas adentravam o território ucraniano a partir da Bielorrússia, ao norte, Donetsk, ao leste, e da Crimeia, ao sul. Até o dia 19 de abril, o conflito já havia causado a morte de 2.224 civis e mais de 5 milhões de refugiados

A deflagração da guerra russo-ucraniana representa a culminação do longo processo de deterioração das relações entre a Rússia e os países pertencentes à aliança militar liderada pelos Estados Unidos (EUA). Nessa dinâmica, en-

quanto Moscou afirma que a expansão da OTAN é uma ameaça direta a sua segurança nacional, a OTAN sustenta que seu sistema de defesa antimísseis posicionado no leste europeu possui apenas caráter defensivo e não ameaça as capacidades de segundo ataque nuclear russas. Entre as conjunturas críticas que marcam a escalada das tensões entre Rússia e OTAN se destacam: a decisão estadunidense de se retirar do Tratado de Antimísseis Balísticos em 2002, as cinco ondas de expansão da OTAN para o leste europeu entre 1999 e 2020, a intervenção militar russa na Georgia e a assinatura do Acordo para Instalação do Sistema de Mísseis Balísticos Interceptadores entre EUA e Polônia em 2008, a anexação da Crimeia pela Rússia após a deposição do presidente ucraniano Viktor Yanukovych em 2014, a renúncia ao Tratado Céus Abertos pelos EUA em 2020 e a suspensão do Escritório de Comunicações da OTAN situado em Moscou em 2021.

Diante do início das operações militares, os países da OTAN iniciaram a implementação de uma estratégia de isolamento econômico, financeiro e diplomático contra Moscou. Em conjunto, EUA, União Europeia (UE) e Reino Unido já aplicaram sanções contra mais de 1000 cidadãos russos, incluindo familiares do presidente Vladmir Putin e do Ministro das Relações Exte-

riores Sergei Lavrov. No final de fevereiro, sete bancos russos foram banidos do sistema de troca de informações bancárias e transferências financeiras global SWIFT, cerca de U\$ 300 bilhões em reservas internacionais do país foram congeladas, todos os voos provenientes da Rússia foram banidos dos espaços aéreos dos EUA, Reino Unido, UE e Canada; FIFA e UEFA suspenderam a participação de clubes russos e da seleção nacional russa do futebol internacional, bem como cerca de 400 empresas cancelaram atividades no país. Individualmente, o Reino Unido congelou os ativos do Sberbank e revogou a licença do conglomerado de mídia estatal RussiaToday. Berlim, por sua vez, anunciou a suspensão do gasoduto Nord Stream 2 - projeto de US\$ 11 bilhões que iria duplicar a exportação de gás natural da Rússia para a Alemanha.

Do ponto de vista militar, a resposta da OTAN à guerra russo-ucraniana tem envolvido dois tipos de movimentos. Em primeiro lugar, houve um esforço combinado para suprir as forças armadas de Kiev com material bélico moderno para conter os avanços de Moscou. Apenas os EUA, desde o início da administração Biden, já forneceram mais de US\$ 2 bilhões em apoio militar para o Ucrânia. A UE anunciou o envio de €1 bilhão em material letal, combustível, equipamento de proteção e suprimentos médicos, fato que representou o primeiro envio de equipamentos bélicos para um país não membro do bloco. Os demais países que enviaram armamentos para a Ucrânia são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canada, Croácia, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Itália, Irlanda, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Coréia do Sul, Espanha, Suécia e Reino Unido.

Em segundo lugar, a guerra russo-ucraniana desencadeou uma dinâmica de expansão dos gastos com defesa no continente europeu. Nesse sentido, o movimento mais audacioso partiu da Alemanha. Apenas quatro dias após o início do conflito, o chanceler Olaf Scholz foi ovacionado no parlamento após anunciar que, em resposta à "guerra de Putin", o país passaria a gastar mais de 2% ao ano do PIB com defesa e que o governo liberaria imediatamente €100 bilhões para modernização das forças armadas. Em seguida, a Bélgica anunciou um aumento de 0.9% do PIB para 1.54% ao ano nos gastos militares, a Romênia de 2.02% para 2.5%, a Polônia de 2.1% para 3%, a Itália de 1.41% para 2%, a Suécia de 1.3% para 2% e, sem especificar valores, os governos de França, Holanda e Letônia declararam a intenção de ampliarem o orçamento com defesa.

Diante disso, é forçoso notar que, a despeito dos efeitos negativos da guerra para a economia global, a deflagração dos combates tem representado uma importante oportunidade de negócios para a indústria bélica. Conforme salientou Gregory Hayes, CEO da Raytheon Technologies: "tudo que está sendo enviado para a Ucrânia hoje em dia está vindo de estoques do Departamento de Defesa ou de nossos aliados na OTAN, e isso é uma ótima notícia. Eventualmente esses equipamentos deverão ser repostos e nós veremos um benefício para os negócios nos próximos anos".

Se, de um lado, a guerra russo-ucraniana resultou numa renovação do propósito de uma OTAN que ainda se recuperava dos efeitos de quatro anos de governo Trump, do outro, o conflito explicitou os limites da capacidade de influência do bloco ocidental em um sistema internacional cada vez mais multipolar. Conforme

analisaremos abaixo, no continente asiático, a adesão às sanções impostas foi baixa, indicando o fracasso na tentativa de isolamento econômico, financeiro e diplomático contra Moscou.

Considerando que Xi Jinping e Putin anunciaram uma parceria sem limites entre China e Rússia três semanas antes da deflagração da guerra russo-ucraniana, o discurso adotado por Beijing de culpabilização da OTAN pelo conflito e de crítica às sanções contra Moscou não foi nenhuma surpresa. Além da competição estratégica com Washington, os dois países possuem robustos laços econômicos e geopolíticos. Em 2021, o comércio entre as duas nações aumentou em 35,9%, alcançando a cifra recorde de US\$ 146.9 bilhões. Além disso, nota-se que 80% das importações de armamentos da China são provenientes da Rússia, o que corresponde a 21% das exportações russas. No setor energético, a Rússia é a segunda maior fornecedora de petróleo para China, a segunda maior fornecedora de carvão e a terceira maior fonte de gás natural. Em relação ao último, a tendência é de aumento da interdependência, uma vez que o projeto de construção do gasoduto Power Siberia 2 já se encontra em fase avançada.

Do ponto de vista financeiro, a Rússia é de longe a maior receptora de investimentos estatais chineses, tendo absorvido US\$ 125 bilhões em crédito entre 2000 e 2017. Ademais, diante do congelamento de suas reservas internacionais, Moscou pode recorrer aos Acordos Bilaterais de Swap que possui com o Banco Popular da China como uma fonte alternativa de liquidez. Finalmente, há a possibilidade de a Rússia utilizar o *Cross-Border Interbank Payment System* (CIPS) da China como uma alternativa ao SWIFT. Nesse sentido, é importante notar que Moscou desenvolveu um sistema próprio de

transações financeiras conhecido como *System for Transfer of Financial Messages* (SPFS), o qual possui cerca de 400 participantes, a maior parte localizados na Rússia e nos países da antiga União Soviética. Dada a reduzida escala do SPFS, a integração com o CIPS, o qual possui 1.280 usuários em 103 países, ampliaria o alcance do sistema financeiro russo ao mesmo tempo em que fortaleceria a estratégia de internacionalização do *renminbi*.

Outra região que optou por não aderir a estratégia da OTAN contra a Rússia foi o Sudeste Asiático. A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) publicou dois comunicados sobre a guerra russo-ucraniana entre fevereiro e março. Em ambos, a organização conclamou por um cessar fogo imediato, mas abdicou de qualificar a iniciativa de Moscou como uma "invasão" ou "agressão". Individualmente, embora Camboja, Cingapura, Brunei, Indonésia, Malásia, Myanmar (antigo governo), Filipinas e Tailândia tenham votado de forma favorável a resolução que condenou a operação militar russa na Assembleia Geral da ONU, apenas Cingapura anunciou a implementação de sanções contra Moscou. A maior parte dos demais estadosmembros da ASEAN preferiu uma postura de neutralidade em relação ao conflito, com exceção de Mianmar, cujo regime militar afirmou que as ações russas eram "a coisa certa a se fazer para consolidar a soberania do país" e que a Rússia estava "mostrando ao mundo que é uma poderosa nação na balança de poder global".

A comedida resposta da ASEAN se explica pelo imperativo do bloco de se contrapor a presença chinesa no Mar do Sul da China. Embora a Rússia seja apenas o nono maior parceiro comercial da ASEAN, Moscou é a maior fornecedora de armamentos para o Sudeste Asiático, tendo si-

do responsável por cerca de 30% de todas importações de material bélico para a região na última década. Além disso, a cooperação em defesa entre Rússia e ASEAN tem aumentado nos últimos anos, tendo culminado na realização de exercícios militares conjuntos no Estreito de Malaca entre as marinhas de Rússia e dos dez países da ASEAN em 2021.

Tão significativa quanto as posições adotadas por China e ASEAN foi a postura assumida pela Índia em relação à guerra russo-ucraniana. Primeiramente, é preciso reconhecer que a manutenção de boas relações com Nova Dehli é peça fundamental da estratégia estadunidense de contenção da China no Oceano Índico. Por conta disso, a Índia foi convidada para participar da Cúpula das Democracias convocada por Biden em dezembro de 2021 e é integrante do Diálogo de Segurança Quadrienal (Quad, em inglês), fórum composto também por EUA, Japão e Austrália que mantém regularmente encontros de alto escalão, intercâmbio de inteligência e exercícios militares conjuntos.

Não obstante, a Índia não só se recusou a implantar sanções contra a Rússia, como foi um dos 35 países que se abstiveram de votar na resolução que reprovou a operação russa na Ucrânia na Assembleia Geral da ONU. As relações cooperativas entre Nova Dehli e Moscou remontam ao período soviético, sendo permeadas por condicionantes políticos, econômicos e militares. Em relação aos primeiros, a cooperação entre as duas nações ocorre através de um robusto arcabouço institucional consubstanciado em instâncias como a Comissão Intergovernamental Rússia-Índia para Cooperação em Comércio, Economia, Ciência e Cultura; o Diálogo Econômico Estratégico Rússia-Índia; o Conselho de Negócios para Cooperação Rússia-Índia e

a Organização para Cooperação de Xangai. Além disso, Nova Dehli conta com o veto de Moscou no Conselho de Segurança da ONU em qualquer resolução sobre as disputas em torno do território da Caxemira, bem como com a neutralidade russa no caso de um recrudescimento das tensões fronteiriças com Beijing.

Do ponto de vista econômico, o comércio bilateral entre Índia e Rússia aumentou de US\$ 8.14 bilhões em 2020 para US\$ 11.86 bilhões em 2021, sendo que os dois países declararam a meta de atingir o valor de US\$ 30 bilhões até 2025. Assim, logo após a imposição das sanções contra Moscou, o governo indiano se movimentou rapidamente para estabelecer um mecanismo de comércio baseado nas moedas rupiarublo que garantisse a continuidade do intercâmbio entre as duas nações. Na esfera energética, enquanto nenhum país Ocidental demonstrou interesse em investir no setor de energia nuclear civil indiano, a estatal russa Rosatom assinou, em 2018, um contrato para a construção de seis reatores nucleares na Índia. Por sua vez, a estatal Indian oil Public Sector Undertakings possui mais de US\$ 10 bilhões investidos em projetos de exploração de petróleo nas empresas russas Sakhalin, Imperial Energy, Vankorneft e Taas Yuriak.

No âmbito militar, as relações entre Moscou e Nova Dehli são ainda mais próximas. Entre 2016 e 2020, 49% das compras de armamentos indianas foram provenientes da Rússia. Em 2018, a despeito da oposição de Washington, a gigante asiática adquiriu os poderosos sistemas de misseis antiaéreos S-400 russos. No ano seguinte, a Índia assinou um contrato de US\$ 3 bilhões com a Rússia pelo aluguel por 10 anos do submarino de propulsão nuclear da classe Akula-1. Além da compra e venda de armamen-

tos, as duas nações cooperam na área de desenvolvimento e pesquisa militar. Por exemplo, o *BrahMos*, míssil de cruzeiro supersônico de médio alcance que pode ser lançado de submarinos, embarcações, aeronaves e terra, foi desenvolvido em parceria entre a empresa russa *NPO Mashinostroyeniya* e a Organização de Pesquisa e Desenvolvimento e Defesa e Pesquisa da Índia. Em janeiro de 2022, a *BrahMos* Aerospace, *joint venture* russo-indiana responsável pela produção do equipamento, acertou a venda de 3 baterias do míssil para as Filipinas.

Portanto, a guerra russo-ucraniana resultou em uma movimentação das placas tectônicas da política internacional. De um lado, o conflito acelerou a reunificação do bloco Ocidental em torno da OTAN, aliança militar cujos laços haviam sido abalados com a passagem de Donald Trump pela Casa Branca. Nesse sentido, a escalada das sanções contra Moscou e o aumento generalizado nos gastos militares na Europa sugerem um cenário de crescente instabilidade no leste europeu. Por outro lado, conforme explicitado através da análise das respostas de China, ASEAN e Índia à deflagração do conflito, Moscou possui relações profundas com parceiros asiáticos que oferecem alternativas com potencial para compensar, em parte, as perdas resultantes do bloqueio Ocidental. Por fim, observou-se que, mesmo atores com densas relacões econômicas e militares com os EUA, como Índia e ASEAN, são capazes de manifestar alto grau de autonomia estratégica, operando na política internacional de acordo com seus interesses nacionais e não com as diretrizes estabelecidas por Washington.

Referências

ASEAN. ASEAN foreign ministers' statement on the situation in Ukraine 26 february 2022. 2022.

Acesso em: 21 de abril de 2022. Disponível em: https://asean.org/wp-content/uploads/2022/02/ASEAN-FM-Statement-on-Ukraine-Crisis-26-Feb-Final.pdf

ASEAN. ASEAN foreign ministers' statement calling for a ceasefire in Ukraine 03 march 2022. Acesso em: 20 de abril de 2022. 2022. Disponível em: https://asean.org/wp-content/uploads/2022/03/ASEAN-Foreign-Ministers-Statement-calling-for-Ceasefire-in-Ukraine-EN.pdf

BBC. What sanctions are being imposed on Russia over Ukraine invasion? 2022. Acesso em: 19 de abril de 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-europe-60125659

BURCHARD, Hans. In historic shift, Germany ramps up defense spending due to Russia's Ukraine war. 2022. Acesso em: 20 de abril de 2022. Disponível em: https://www.politico.eu/article/germany-to-ramp-up-defense-spending-in-response-to-russias-war-on-ukraine/

CHINA BRIEFING. Russia's Pivot to China – Geopolitics, Trade, and Development in the Wake of the Ukraine Conflict. 2022. 2022 Disponível em: https://www.china-briefing.com/news/russias-pivot-to-china-geopolitics-trade-development-in-the-wake-of-the-ukraine-conflict/

CURTIS, John & MILLS, Claire. Military assistance to Ukraine since the Russian invasion. 2022. Acesso em: 20 de abril de 2022. Disponível em: https://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/CBP-9477/CBP-9477.pdf

ENS. Rupee-ruble trade not to be affected by sanctions: Russia. 2022. Acesso em 20 de abril de 2022. Disponível em: https://indianexpress.com/article/business/rupee-

ruble-trade-not-to-be-affected-by-sanctions-russia-7846892/

EUA. Fact Sheet on U.S. Security Assistance for Ukraine. 2022. Acesso em: 21 de abril de 2022. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/03/16/fact-sheet-on-u-s-security-assistance-for-ukraine/

FIRSTPOST. India's imports from Russia increases sharply in 2021-22. 2022. Acesso em: 18 de abril de 2022. Disponível em: https://www.firstpost.com/india/indias-imports-from-russia-increases-sharply-in-2021-22-10525521.html

FUNAKOSHI, et al. Tracking sanctions against Russia. 2022. Acesso em: 16 de abril de 2022. Disponível em: https://graphics.reuters.com/ UKRAINE-CRISIS/SANCTIONS/byvrjenzmve/

GENERAL, Ryan. How Asian countries voted on UN resolution demanding Russia withdraw from Ukraine. 2022. Acesso em: 21 de abril de 2022. Disponível em: https://news.yahoo.com/asian-countries-voted-un-resolution-212401112.html?guccounter=1

GEDEON, Joseph. The weapons and military aid the world is giving Ukraine. 2022. Acesso em: 20 de abril de 2022. Disponível em: https://www.politico.com/news/2022/03/22/ukraine-weapons-military-aid-00019104

HARVARD Business Review. Raytheon CEO Gregory Hayes: How Ukraine Has Highlighted Gaps in US Defense Technologies. 2022. Acesso em: 15 de abril de 2022. Disponível em: https://hbr.org/2022/03/raytheon-ceo-gregory-hayes-how-ukraine-has-highlighted-gaps-in-us-defense-technologies

INDIA. Brief on India-Russia Economic Relations. 2022. Acesso em: 20 de abril de 2022. Disponível em: https://www.indianembassymoscow.gov.in/overview.php#:~:text=Indian% 20exports%20amounted%20USD% 202.6,amounting%20to%20USD%205.83% 20billion.

KELKAR, Vivek. Quad dances around India's reliance on Russia. 2022. Acesso em: 19 de abril de 2022. Disponível em: https://asiatimes.com/2022/03/quad-dances-around-indias-reliance-on-russia/

KURLANTZICK, Joshua. Russia's Continuing Ties to Southeast Asia and How They Affect the Ukraine War: Part 2. 2022. Acesso em: 20 de abril de 2022. Disponível em: https://www.cfr.org/blog/russias-continuing-ties-southeast-asia-and-how-they-affect-ukraine-war-part-2

MACKENZIE, Christina. Seven European nations have increased defense budgets in one month. Who will be next? 2022. Acesso em: 19 de abril de 2022. Disponível em: https://breakingdefense.com/2022/03/seveneuropean-nations-have-increased-defense-budgets-in-one-month-who-will-be-next/

NAVAL NEWS. New Brahmos Manufacturing Center In India To Produce Up To 100 Cruise Missiles Per Year. 2021. Acesso em: 20 de abril de 2022. Disponível em: https://www.navalnews.com/naval-news/2021/12/new-brahmos-manufacturing-center-in-india-to-produce-up-to-100-cruise-missiles-per-year/

REKHA, Chandra. The Russian Far East: India's Approach and the Expanding Chinese Footprint. 2021. Acesso em: 21 de abril de 2022. Disponível em: https://www.icwa.in/

show_content.php? lang=1&level=3&ls_id=4778&lid=2845

REUTERS. EU bars 7 Russian banks from SWIFT, but spares those in energy. 2022. Acesso em: 20 de abril de 2022. Disponível em: https://www.reuters.com/business/finance/euexcludes-seven-russian-banks-swift-official-journal-2022-03-02/

SMITH, Christopher. Gazprom advancing Power of Siberia 2 gas pipeline. 2020. Acesso em: 20 de abril de 2022. Disponível em: https://www.gasnet.com.br/Conteudo/21389/Gazprom-advancing-Power-of-Siberia-2-gaspipeline

STATISTA. Number of civilian causalities in Ukraine during Russia's invasion as of April 21, 2022. 2022. Acesso em 21 de abril de 2022. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/1293492/ukraine-war-casualties/

TANG, Frank. What is China's Swift equivalent

and could it help Beijing reduce reliance on the US dollar? Acesso em: 19 de abril de 2022. 2022. Disponível em: https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3168684/what-chinas-swift-equivalent-and-could-it-help-beijing-reduce

THE STRAIT TIMES. Russia, ASEAN hold first naval drills off Indonesian coast. Acesso em: 15 abril de 2022. 2022. Disponível em: https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/russia-asean-hold-first-naval-drills-off-indonesian-coast

UNHCR. Operational Data Portal. Ukraine Refugee Situation. 2022. Acesso em: 21 de abril de 2022. Disponível em: https://data2.unhcr.org/en/situations/ukraine

WANG, Kai & SONG, Wanyuan. Ukraine war: What support is China offering Russia? 2022. Acesso em: 15 abril de 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/news/60571253